
Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima

Projeto Orla

PLANO DE INTERVENÇÃO NA ORLA MARÍTIMA DE ARROIO DO SAL

Prefeito

Sidnei Mattos Cardoso

Secretários Municipais

Antônio Carlos Lopes Coitinho
Secretário Municipal da Administração

Clarisse Helena Lima Martins
Secretária Municipal da Saúde e Assistência Social

Edevaldo Oliveira
Secretário Municipal de Obras e Viação

Fernando Leal Daitx
Secretário Municipal de Desporto e Turismo

Roni Eduardo de Oliveira Valim
Secretário Municipal da Fazenda

Wanderley Fachel Dias
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Equipe Técnica

Prefeitura Municipal de Arroio do Sal

Pedro Cardoso Mesquita – Oficial Administrativo

Pedro de Matos Fernandes – Desenhista

Marta Maria da Silva – Engenheira Agrônoma

Sociedade Civil

César Firpo – Associação dos Hotéis, Bares e Restaurantes do Litoral Norte

Ecleia Cristina Scisleski – Representante dos Quiosques

Paulo Roberto Karres – Representante da Comunidade Ecológica Amigos do Meio Ambiente

CEAMA

Grupo de Apoio

Gilberto Teixeira Lessa – Geólogo/Prefeitura. Municipal de Osório (PMO)

João Batista Padilha – Sec. Mun. do Meio Ambiente, Pesca e Agricultura (Tramandaí -PMT-RS)

Antônio Augusto Ungaretti Marques – Eng. Flotal. Secretário Executivo do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí)

Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima
Projeto Orla

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima
Ministra de Estado

Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA)

Ruy de Góes Leite de Barros-
Secretário Substituto.

-
Oneida Divina da Silva Freire
Gerente de Programa

Ademilson Zamboni
Coordenador do Projeto Orla

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

Guido Mantega
Ministro de Estado

Secretaria do Patrimônio da União (SPU)

Alexandra Reschke
Secretária

Comissão Técnica Estadual (CTE)
Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM

Mara D. Biasi Ferrari Pinto
Superintendente Geral do IBAM

Supervisão Técnica do Projeto Orla

Ana Lúcia Nadalutti La Rovere
Superintendente da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA)

Tereza Cristina Barwick Baratta
Diretora da Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR)

Coordenação Técnica do Projeto Orla

Alberto Lopes

Coordenador

Kátia Carmona
Ricardo Voivodic
Assistentes de coordenação

Lucia Nascimento
Kátia Carmona
Ricardo Voivodic
Instrutores

Equipe de Apoio

Denise Pacheco
Roseni P. Victoriano de Souza
Deise Mere Marins Magalhães
Fabiana do Couto Tavares Meireles

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	05
..	
INTRODUÇÃO.....	06
..	
1. CARACTERIZAÇÃO	
1.1-.....	07
Objetivos.....	
1.2 - Identificação do	07
Executor.....	
1.3 - Localização da área de	08
intervenção.....	
1.4 - Síntese do Diagnóstico/	10
Classificação.....	
1.5 - Cenário de usos desejados para a	18
Orla.....	
2. PROPOSTAS DE AÇÃO	
2.1- Identificação e caracterização dos	38
conflitos.....	
2.2 - Caracterização dos problemas relacionados a cada	41
conflito.....	
2.3 - Ações e medidas	43
estratégicas.....	
3. ESTRATÉGIAS PARA EXECUÇÃO	
3.1 - Estratégias de implantação do	47
plano.....	
3.2 - Subsídios e meios	50
existentes.....	
4. ESTRATÉGIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	
4.1 –	56

Monitoramento.....	
4.2 - Sistemática de acompanhamento, avaliação e revisão do Plano.....	56
4.3 - Apresentação do plano e cronograma geral.....	57

APRESENTAÇÃO

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla, é uma iniciativa inovadora do Ministério do Meio Ambiente - MMA, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, e busca contribuir, em escala nacional, para aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação da Orla Marítima.

O seu desenho institucional se orienta no sentido da descentralização de ações de planejamento e gestão deste espaço, da esfera federal para a do município, e articula Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs, Gerências Regionais do Patrimônio da União – GRPUs, administrações municipais e organizações não governamentais locais, e outras entidades e instituições relacionadas ao patrimônio histórico, artístico e cultural, a questões fundiárias, a atividades econômicas específicas - como portuárias ou relativas à exploração petrolífera, cuja atuação tenha rebatimento destacado naquele espaço.

São objetivos estratégicos do Projeto Orla o fortalecimento da capacidade de atuação e a articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla; o desenvolvimento de mecanismos institucionais de mobilização social para sua gestão integrada; e o estímulo de atividades sócio-econômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla.

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, se integra a este esforço de articulação e cooperação institucional, contribuindo com o MMA para o repasse e aplicação prática da metodologia do Projeto, para a capacitação de gestores locais, e para o acompanhamento dos Planos de Intervenção elaborados em cada município por um grupo gestor local.

INTRODUÇÃO

Os produtos obtidos nas oficinas de capacitação realizadas em outubro e novembro de 2003, no município de Tôrres- RS, estabeleceram critérios e diretrizes para elaboração do Plano de Intervenção para a Orla do município de **Arroio do Sal- RS**, abrangendo o diagnóstico e as ações propostas para a Orla do município.

A orla municipal é o local de intervenção e foco dos trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito do Plano de Gestão Integrada, de forma compatibilizada com o conjunto de planos, projetos e instrumentos que a Prefeitura Municipal, vem desenvolvendo, objetivando a promoção do desenvolvimento sustentável do município.

O Plano de Gestão , em sua primeira parte, é composto por:

- Objetivos
- Identificação do executor
- Localização da área de intervenção
- Síntese do diagnóstico
- Classificação da área
- Cenários desejados para a Orla.

As informações reunidas na primeira parte serviram de subsídio para a apresetnação das propostas de ação, com a identificação dos conflitos, a caracterização dos problemas relacionados a cada um deles, bem como as medidas estratégicas para o alcance dos cenários desejados.

Também foram detalhadas as estratégias para execução, subsídios e meios existentes com a base legal, institucional, fóruns e instâncias de decisões, instrumentos gerencial-normativos, bancos de dados e referências técnico-científicas.

A Segunda parte detalha as estratégias para a implementação do Plano compondo-se de :

- Acompanhamento e avaliação;
- Identificação dos elementos para o monitoramento;
- Sistemática de acompanhamento;
- Avaliação;
- Revisão;
- Apresentação e,
- Cronograma

Outros planos e instrumentos de caráter regional, como Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí e o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, também contribuíram com subsídios para o desenvolvimento deste documento.

1. CARACTERIZAÇÃO

1.1- Objetivo Geral

O Plano de Intervenção na Orla Marítima do Município de Arroio do Sal, tem por objetivo geral, promover o desenvolvimento sustentável da sua zona litorânea, mediante a implementação de um conjunto de ações, coordenadas entre si que envolvem, tanto os aspectos ambientais e patrimoniais, como o planejamento do uso e ocupação deste espaço.

Objetivos específicos

Para executar os trabalhos técnicos e organização das fases de implementação do Plano de Intervenção na Orla Marítima, destacam-se como objetivos específicos:

- **Promover** a recuperação e preservação do ecossistema costeiro compatibilizando com os instrumentos de disciplinamento de uso e ocupação do solo
- **Instituir** a estrutura de gestão e os instrumentos legais para o ordenamento e o desenvolvimento sustentável pretendido, considerando obrigatória à criação de fórum de decisão de caráter participativo;
- **Disciplinar** os usos e as atividades desenvolvidas na faixa da orla , no sentido de resguardar as potencialidades para manutenção do lazer e do turismo.

1.2- Identificação do Executor

A Prefeitura Municipal de Arroio do Sal - RS, em função do seu modelo de gestão conta com a participação dos diferentes grupos locais nas discussões das questões relacionadas à faixa litorânea e, para tanto a execução do Plano de Intervenção na Orla deverá ser assumida pelos diversos órgãos públicos municipais e pelos representantes da sociedade civil:

Executor

- **Prefeitura Municipal de Arroio do Sal (PMAS)**

Co-executores

- Secretaria Municipal de Obras e Viação(SMOV)
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura(SMEC)
- Secretaria Municipal de Desporto e Turismo (SEDETUR)

- Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (SMS)
- Secretaria Municipal da Fazenda
- Secretaria Municipal da Administração

Parceiros da Sociedade Civil

- Conselho Municipal de Controle do Meio Ambiente (COMCA)
- Comunidade Ecológica Amigos do Meio Ambiente (CEAMA)
- Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Arroio do Sal (ACIASAS)
- Clube de Diretores Logistas (CDL)
- Clubes de Serviços (LIONS e ROTARIY)
- Grupo de Pescadores
- Associação Engenheiros/Arquitetos de Tôrres (ASENART)
- Grupo de Quiosqueiros de Arroio do Sal
- EMATER - RS

1.3- Localização da área de intervenção

O município de Arroio do Sal localiza-se no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, distando aproximadamente 180km da Capital, Porto Alegre, através das rodovias BR-290 (FREE-WAY) e RS-389 (Estrada do Mar) e , a área de intervenção do Projeto Orla compreenderá toda a sua faixa litorânea perfazendo uma extensão de 24 Km.

Arroio do Sal tem pôr limites, ao leste, o Oceano Atlântico, ao sul o Município de Terra de Areia, a oeste a Lagoa Itapeva e, ao norte o Município de Torres, conforme a **Figura 01**.

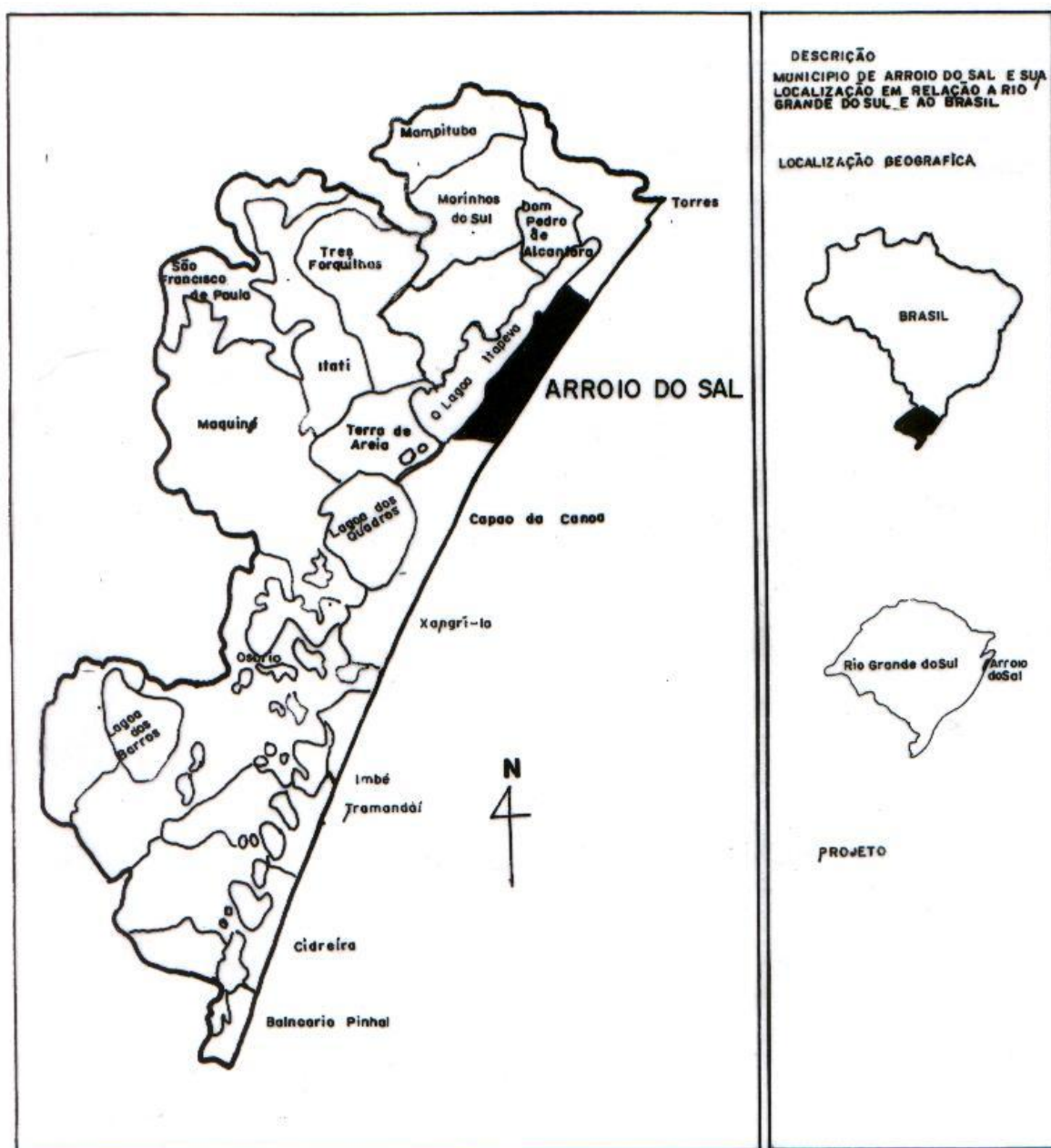
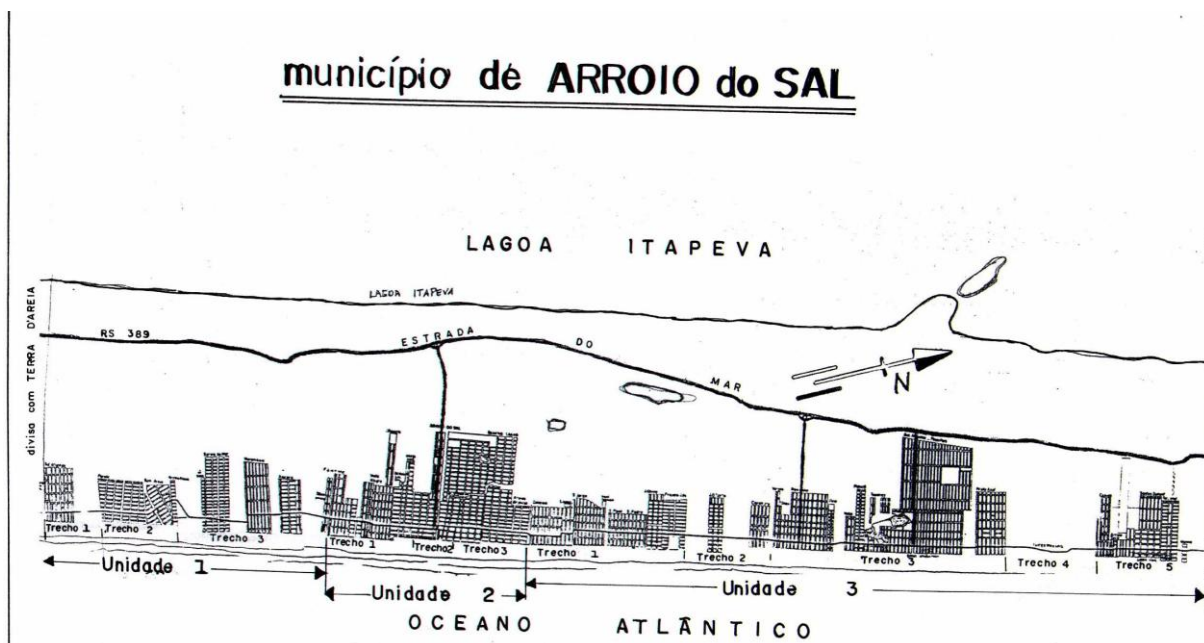


Figura 01 - Município de Arroio do Sal – Rio Grande do Sul - Brasil

A largura da faixa da orla foi definida, tendo como base os parâmetros propostos pela metodologia do Projeto, que prevê a faixa de 50 a 200 metros (para áreas urbanizadas ou não, respectivamente), a partir da praia em direção ao continente, e da praia em direção ao mar até a isóbata de 10 metros (em torno de 2800 metros), constituindo-se em uma linha de 24 Km ao longo da costa.

Salienta-se que em alguns trechos ao longo da costa, identificaram-se alterações significativas, decorrentes do processo de urbanização.



A **Figura 02** apresenta a delimitação em Unidades de paisagem na faixa da orla e seu respectivos trechos.

Com objetivo de implementar o Projeto Orla na faixa de Arroio do Sal, será estabelecido, o **Plano de Intervenção para a Unidade 2 – Trecho 2 e Unidade 3 – Trecho 2**, os quais passaremos a descrever.

Estes dois trechos foram identificados para sua intervenção, devido ao fato de apresentarem-se com um maior número de conflitos e problemas, quando comparado com os demais trechos, que atualmente são considerados como trechos com possíveis ações preventivas.

1.4- Síntese do diagnóstico/ classificação

A caracterização geral da área que compreende a orla municipal, em seus aspectos mais relevantes, incluindo os atributos paisagísticos, as atividades sócio-econômicas (construção, veraneio e comércio geral) e os impactos ambientais decorrentes dos usos e da ocupação na orla, está apresentada a seguir.

Atributos naturais/ paisagísticos

O clima da região, de acordo com o Sistema Internacional de Koeppen, está classificado como subtropical úmido, sem estiagem (MOTA, 1951), caracterizando-se por apresentar a temperatura média do mês mais quente superior a 22°C e, a do mês menos quente, inferior a 18° C e superior a 3° C.

A precipitação média anual é de 1150 mm, da qual 28% acontece no inverno. O Litoral Norte obedece a um regime de chuvas primaveris (MACHADO, 1950).

A geologia do município é caracterizada por situar-se na Unidade Geomorfológica da Planície Costeira Sul-Riograndense do RS, cujos sedimentos tem origem eólica, marinha, paludal, gímnica e lacustre. Geomorfológicamente, ocupa o domínio morfoestrutural dos depósitos sedimentares, na transição entre as Regiões Geomorfológica da Planície Costeira Externa e Planície Costeira Interna (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1986).

As oscilações do mar no Holoceno originaram um sistema de duna paralelas ao mar, intercaladas por depressões hoje ocupadas por lagoas e lagunas costeiras e campos arenosos. Representando um desses sistemas de dunas e depressões está o Parque Natural Municipal Tupancy.

O cordão de dunas frontais e o de dunas secundárias (sua feição mais marcante) ainda são ativos, alimentados basicamente pelos ventos oriundos do mar. A direção preferencialmente Nordeste, determina o aspecto das dunas e lagoas.

Breve histórico da evolução urbana e do uso e ocupação do solo

Logo após a descoberta do Brasil, a rota que liga o Rio Grande do Sul ao centro do país era utilizada por índios, bandeirantes e jesuítas. Em mapas do Século XVIII, a localidade de Estância do Meio já era assinalada como ponto de pousada na rota do Litoral. Em 1820, o cientista francês Auguste de Saint Hilaire percorreu o Rio Grande do Sul, passando por esta estrada e pela localidade de Estância do Meio , onde pernitoou à beira da Lagoa Itapeva.

Depois de 1835, durante a Revolução Farroupilha, Bento Gonçalves e Davi Canabarro utilizaram esta estrada , que era o meio de chegar `a Laguna.

No Século XIX, a família Quadros era proprietária da maior parte da Estância do Meio. Os campos existentes na propriedade eram usados para criação de gado (Campos de Macega). Os terrenos da praia eram constituídos por dunas e não eram considerados de grande importância pelo proprietário.

Em 1915/1918, as terras do litoral começam a ser ocupadas pelos moradores da Estância do Meio. Estas pessoas habitualmente freqüentavam a beira mar para pescar e recolher mariscos. Com o tempo, iniciou-se a construção de

acampamentos que evoluíram para residências fixas iniciando-se a ocupação dos terrenos à beira mar.

A área urbana atual do município de Arroio do Sal iniciou a sua ocupação na década de 30 (1935/39) com a migração da população da Estância do Meio (margem leste da Lagoa Itapeva), Três Cachoeiras, Dom Pedro de Alcântara, Porto Alegre, Rio do Terra, Morro Azul, Sombrio (SC), entre outros.

Em 1945, os primeiros loteamentos foram implantados na área beira mar e seu entorno iniciando um processo de valorização destas terras que em épocas anteriores eram tidas como de pouco ou quase nenhum valor comercial. As primeiras construções desta época eram feitas com material vindo de Três Cachoeiras e adjacências. Alguns loteadores promoviam excursões em Porto Alegre, Caxias, etc, para trazer os potenciais compradores de terrenos que viajavam, pela beira mar, para conhecer o local. Este procedimento era comum na década de 50.

O comércio e os hotéis começaram a desenvolver-se em função do veraneio e, a partir daí, toda uma infra-estrutura começou a ser organizada em função desta atividade.

Em 1954 foi concluída a Estrada de Rodagem Osório/Torres (BR 101), que em 1968 foi asfaltada. Esta obra marca um impulso ao desenvolvimento das praias litorâneas, inclusive Arroio do Sal, pois facilitou sobremodo a viagem até esta área do Estado.

O acelerado desenvolvimento da parte urbana do município deu-se a partir da década de 70 e, com a inauguração da RS 389 (Estrada do Mar) em 1990, que liga os balneários de Osório a Torres, houve maior impulso da economia do município, pois a facilidade de acesso favoreceu a presença mais constante dos veranistas, sendo que estes passaram a freqüentar Arroio do Sal em várias épocas do ano, mais intensamente nos meses de verão.

O município é identificado por três zonas de ocupação: a Zona Costeira, com atividades de turismo e lazer; a área Central que concentra a mais intensa ocupação urbana, com atividades de comércio, indústria e serviços e a área rural, com predominância de minifúndio com pecuária extensiva, associada a cultivo esparsos de subsistência.

Aspectos Sócio-econômicos

A economia de Arroio do Sal está alicerçada basicamente na atividade de veraneio e, neste sentido, a construção civil, tanto no fornecimento de mão de obra como de material de construção, constitui-se fonte geradora de emprego no Município. Existem uma indústria incipiente de móveis e esquadrias, artefatos de cimento, cercas de PVC e de alumínio, etc. A maior indústria do município está localizada na Rondinha Nova e produz filtros para confecção de papel.

- O maior empregador de Arroio do Sal é a Prefeitura Municipal.
- O comércio gira em torno de lojas de material de construção, móveis e utensílios domésticos, vestuário, hotéis e outros prestadores de serviços.
- Os serviços bancários são prestados pela agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL).

Boa parte da população dedica-se, principalmente na temporada de veraneio, à prestação de serviços, tais como: limpeza de jardins, de residências, serviços domésticos, entre outros. Esse quadro implica numa forte variação de renda associada à atividade de veraneio, fazendo com que, nos períodos de pouco movimento a população se ressinta da falta de oportunidade de emprego.

O Turismo explora principalmente o atrativo natural representado pelo **Parque Natural Municipal Tupancy**, única Unidade de Conservação do município. Recentemente, as atividades de lazer e esportes de praia estão sendo mais divulgadas com o objetivo de atrair veranistas e turistas.

A conclusão da Rota do Sol, estrada que ligará a Serra Gaúcha ao Litoral Norte, deverá impulsionar sobremaneira a economia de Arroio do Sal, uma vez que as viagens serão reduzidas em até duas horas, possibilitando a maior frequência dos proprietários de segunda residência ao município.

Impacto ambiental dos usos da Orla

Localidade	Impactos observados
Orla de Arroio do Sal (abordagem geral)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uso e ocupação irregular na faixa da praia e das dunas frontais (APP) ▪ Ocupação por quiosques fixos de madeira ▪ Introdução de vegetação exótica nas dunas frontais ▪ Comprometimento da balneabilidade devido ao lançamento de esgotos na faixa de areia da praia



Figura 3- A foto caracteriza a ocupação irregular na faixa de praia e das dunas frontais (APP), com quiosques de madeira fixos e ao fundo construção em alvenaria.



Figura 3.1- Introdução de vegetação exótica

Figura 3.2- Introdução de vegetação exótica



As figuras 3.1 e 3.2 caracterizam o problema da introdução de vegetação exótica nas dunas frontais e a ocupação da faixa de praia pelos quiosques.

As figuras 3.3 e 3.4 mostram a introdução de vegetação exótica (casuarinas e grama) ,além da construção de sumidouro na areia da praia, comprometendo a balneabilidade e a supressão da duna frontal, o segundo

Caracterização e Classificação da Orla



Figura 3.3

Figura 3.4- Arroio



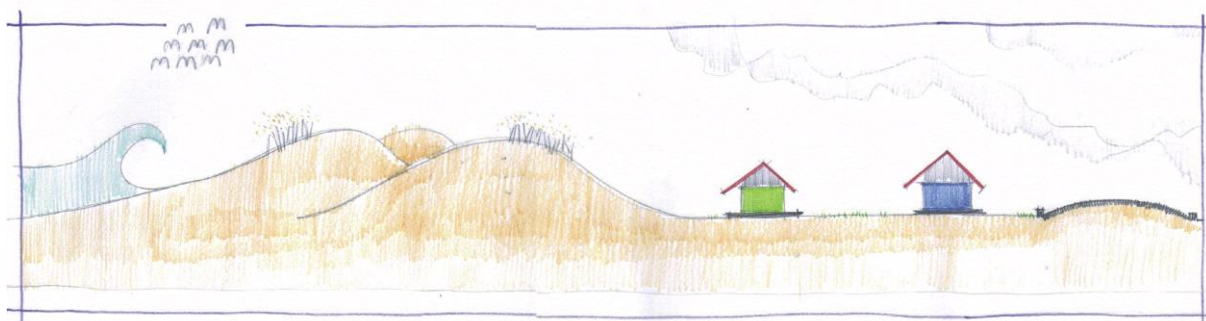
UNI D.	DELIMITAÇÃO DO TRECHO	CARACTERIZAÇÃO DO TRECHO	CLASS E	POTENCIAL
1	Trecho 1: Início no loteamento Rota do Sol, Limite com o Município de Terra de Areia até a Rua Miraguaia do Loteamento do Balneário Pérola	Rústica Orla Exposta Ocupação Linear Faixa de Dunas Baixa Densidade Populacional	A	Turístico Criação de uma identidade local baseada na existência de cordão de dunas preservado; Criação de área de lazer em campo de duas e Exploração dos valores paisagísticos. Turístico
	Trecho 2: Início na Rua Miraguaia, no Balneário Pérola até a divisa norte do Loteamento do Balneário Arroio Novo	Semi Rústica Orla Exposta Ocupação Linear Campo de Praia Faixa de Dunas Baixa Densidade Populacional	B	
	Trecho 3: Início na divisa norte do Loteamento do Balneário Arroio Novo até a divisa sul do loteamento Balneário Praia da Figueirinha.	Semi Rústica Orla Exposta Ocupação Linear Campo de Praia Faixa de Dunas Baixa Densidade Populacional	B	

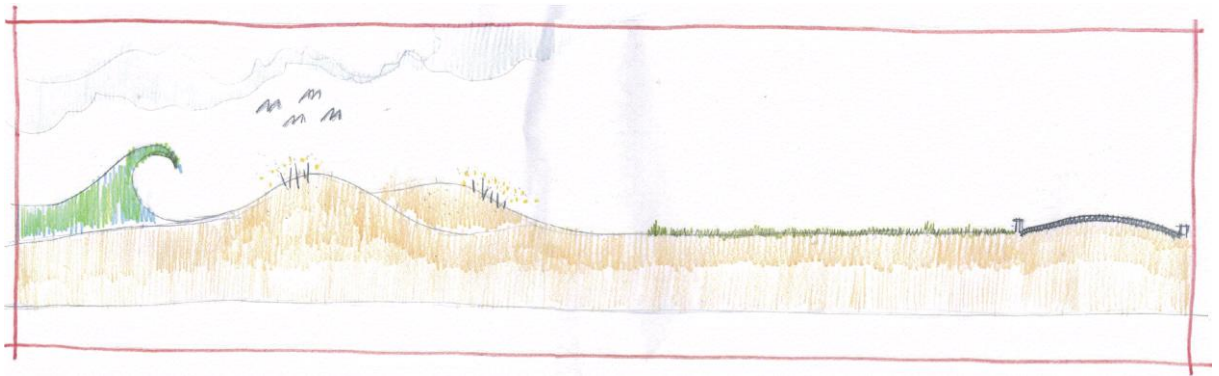
2	Trecho 1: Início na divisa sul do loteamento Balneário Praia da Figueirinha até Av. Farrapos.	Urbana Orla Exposta Ocupação Linear Praia Faixa de dunas Alta densidade populacional nos períodos de veraneio Vegetação Exótica Presença de Quiosques Lazer de Pesca/banho/surf	C	Turístico Incremento à atividade turística de lazer
	Trecho 2: Início Av. Farrapos até Av. Torres		C	
	Trecho 3: Início Av. Torres à Rua 25 de abril		C	
UNI D.	DELIMITAÇÃO DO TRECHO	CARACTERIZAÇÃO POR TRECHO	CLASS E	POTENCIAL
3	Trecho 1: Início Rua 25 de abril até final do Loteamento do Projeto Alfa.	Semi Rústica Orla Exposta Ocupação Linear Campo de Praia Faixa de Dunas Baixa Densidade Populacional Presença de Quiosques	B	Turístico Criação de uma identidade local baseada na existência de cordão de dunas preservado; Criação de área de lazer em campo de dunas e Exploração dos valores paisagísticos.
	Trecho 2: Início no final do loteamento Projeto Alfa até o início sul do Loteamento Rondinha Vargas.	Rústica Orla Exposta Sem Ocupação Campo de Praia Faixa de Dunas Apresenta todas as características da região – ZONAÇÃO	A	Eco Turismo
	Trecho 3: Início no sul do Loteamento Rondinha Vargas até o final do Balneário Praia Azul	Semi Rústica Orla Exposta Ocupação Linear Campo de Praia Faixa de Dunas Baixa Densidade Populacional Presença de Quiosques Existência de Uma Unidade de Conservação Ocupação das Dunas Frontais por Vegetação Exótica	B	Turístico Eco Turismo
	Trecho 4: Início do final do Balneário Praia Azul até o início sul do Balneário Caxias.	Rústica Orla Exposta Sem Ocupação Campo de Praia Faixa de Dunas Presença de Mata de Restinga Baixa Ocupação das Dunas Frontais por Vegetação Exótica	A	Turística Eco Turismo

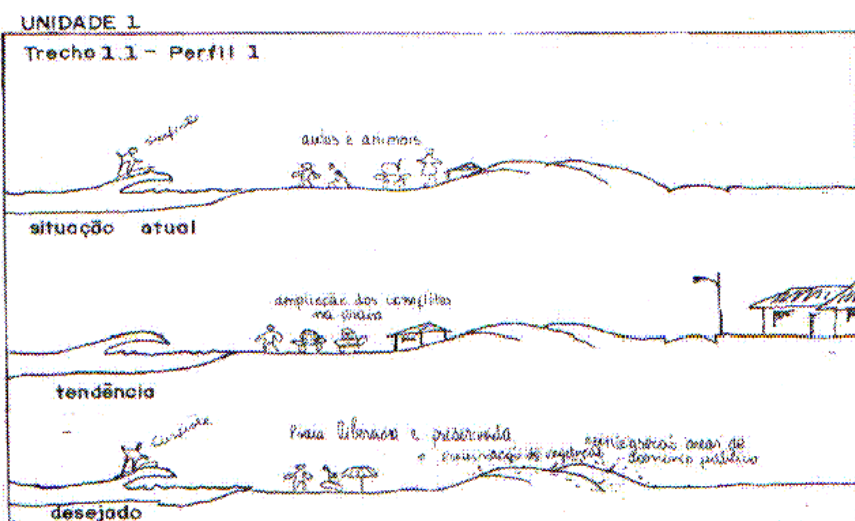
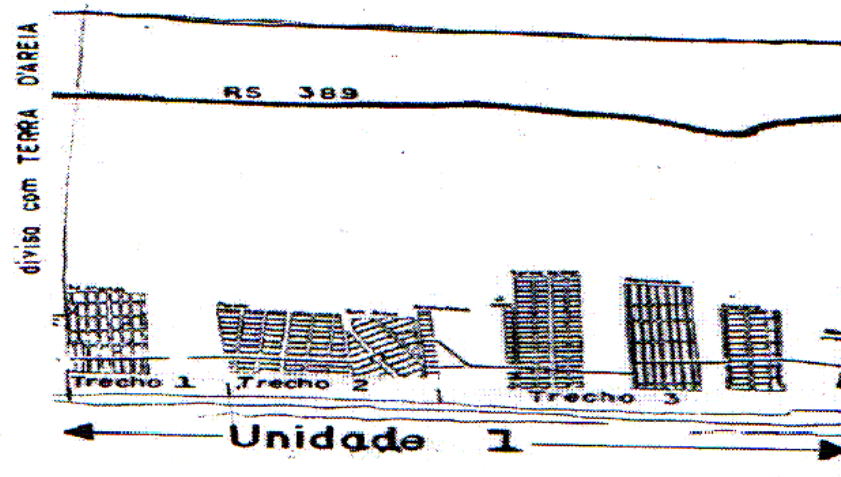
	Trecho 5: Começa no início sul do Balneário Caxias até divisa sul do Município de Torres (Praia Paraíso)	Semi Rústica Orla Exposta Ocupação Linear Campo de Praia Faixa de Dunas Ocupação das Dunas Frontais por Vegetação Exótica Presença de Quiosques	B	Turística Eco Turismo
--	--	---	----------	--------------------------

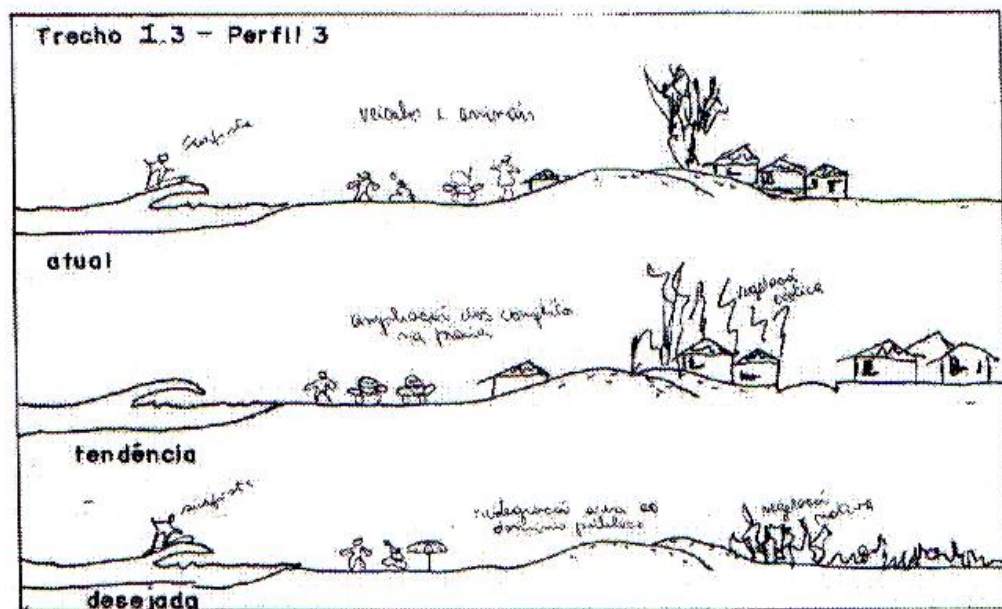
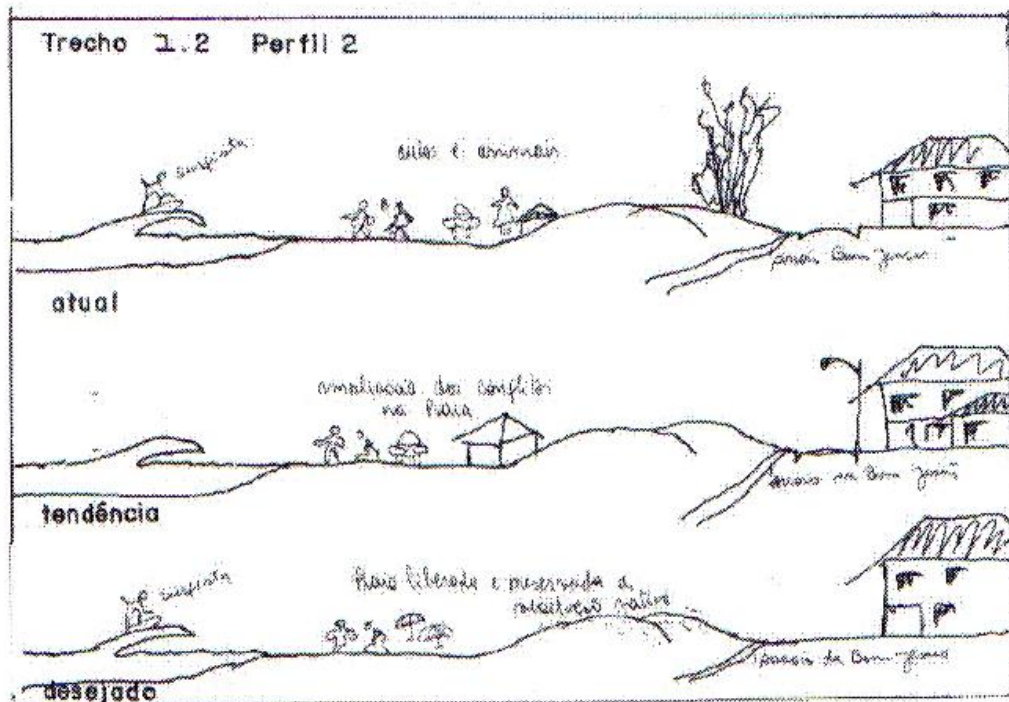
1.5- Cenários dos usos da orla: atual, tendência e desejado

Unidade 1 Situação Atual



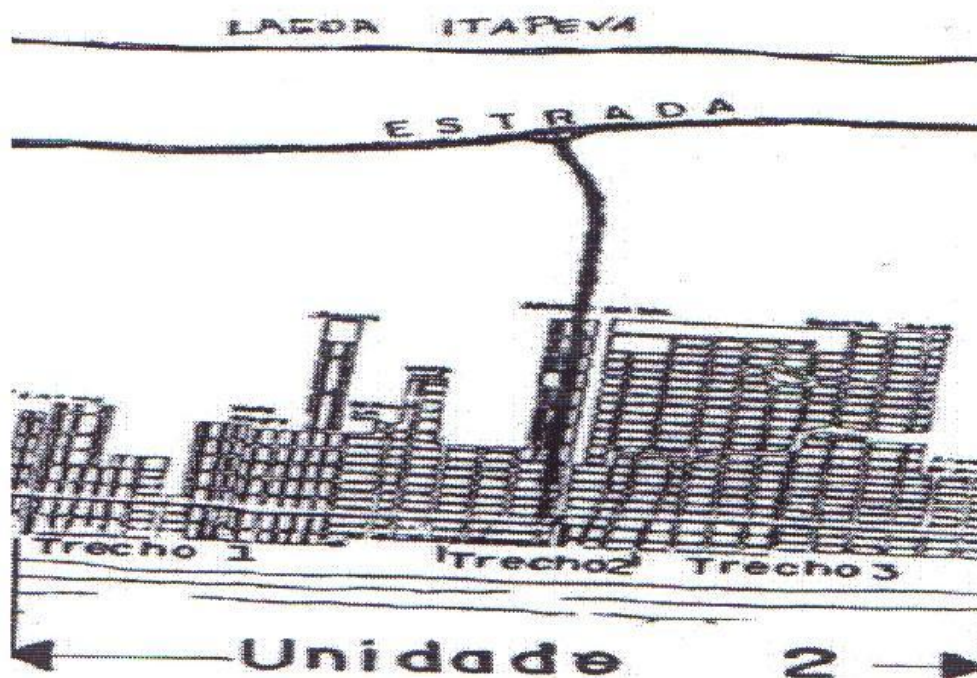






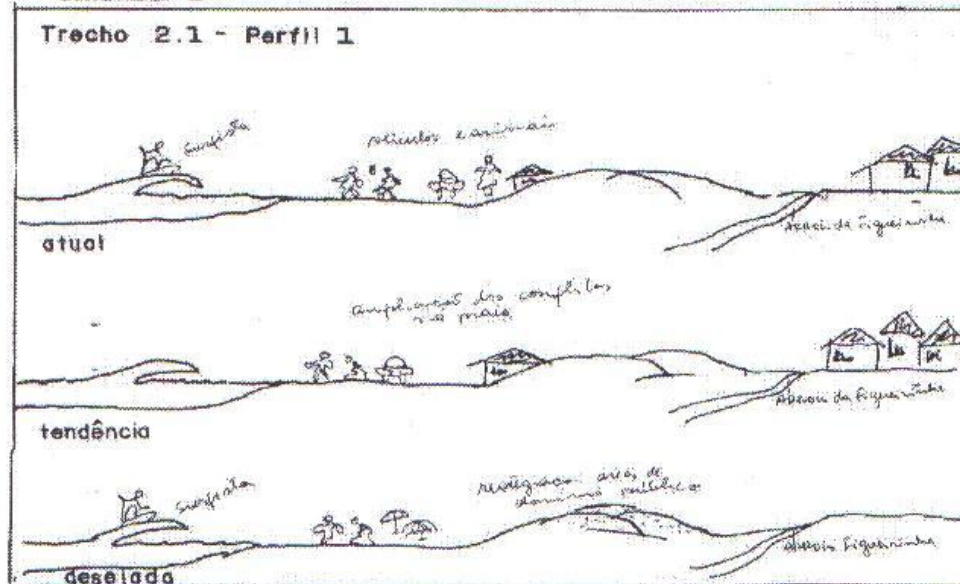
Unidade 2- Situação atual



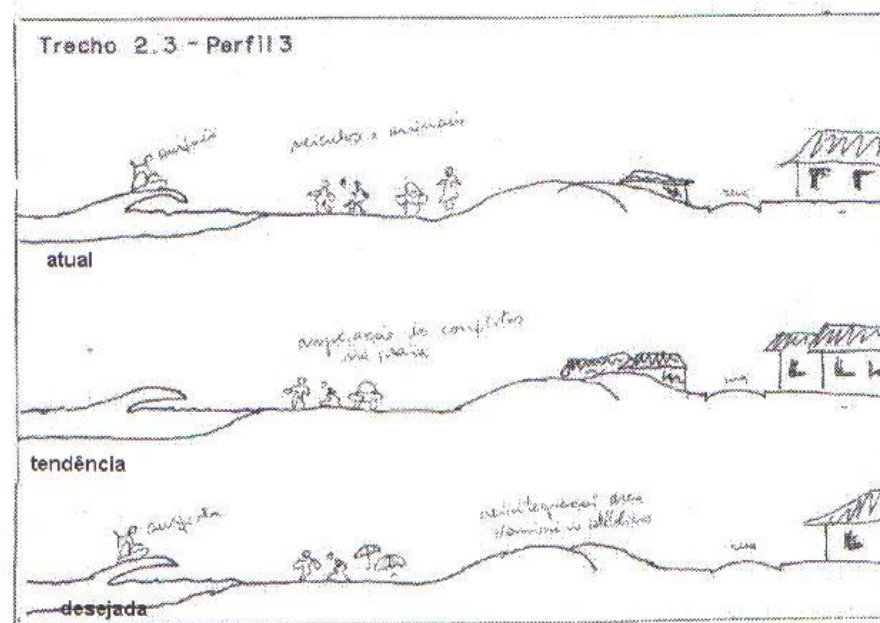
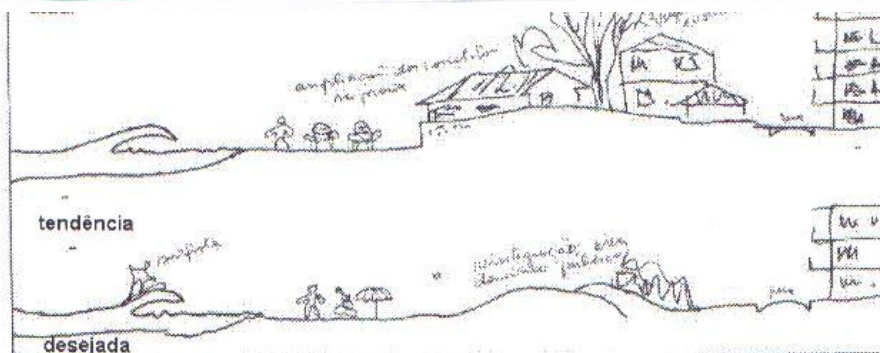


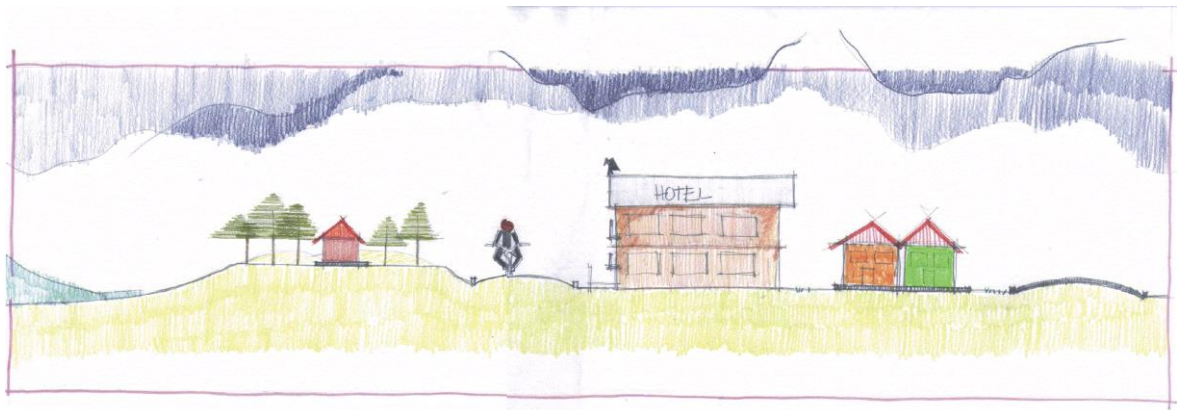
UNIDADE 2

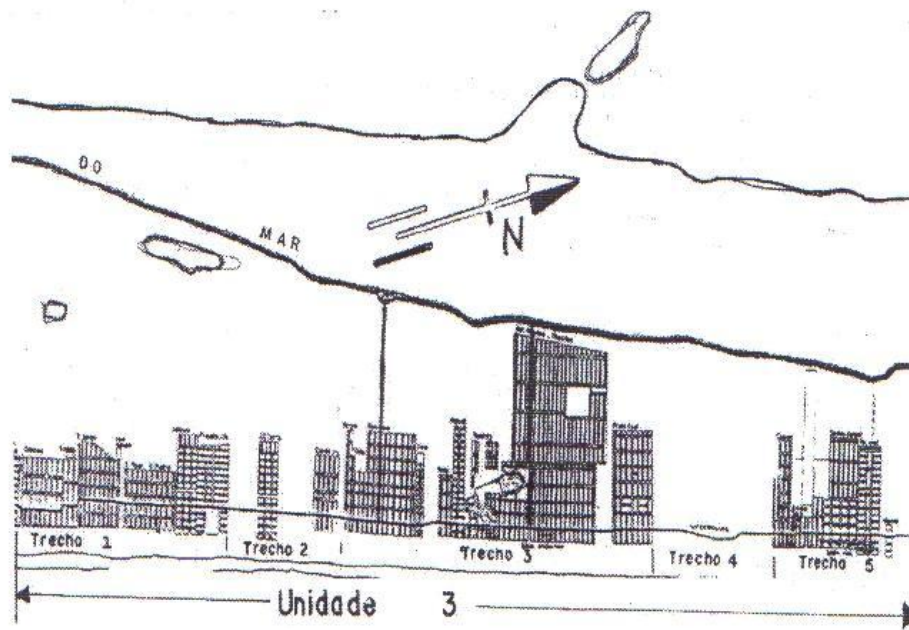
Trecho 2.1 - Perfil 1



Unidade 3

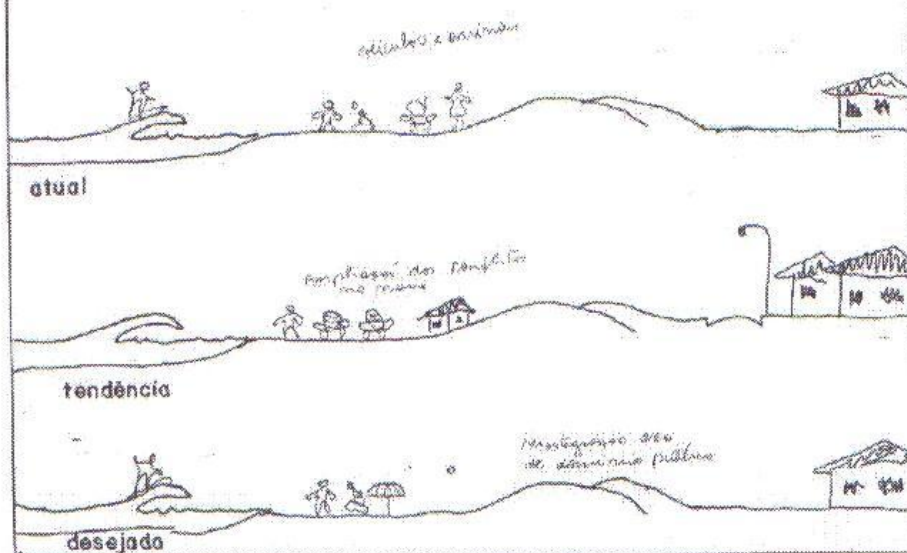


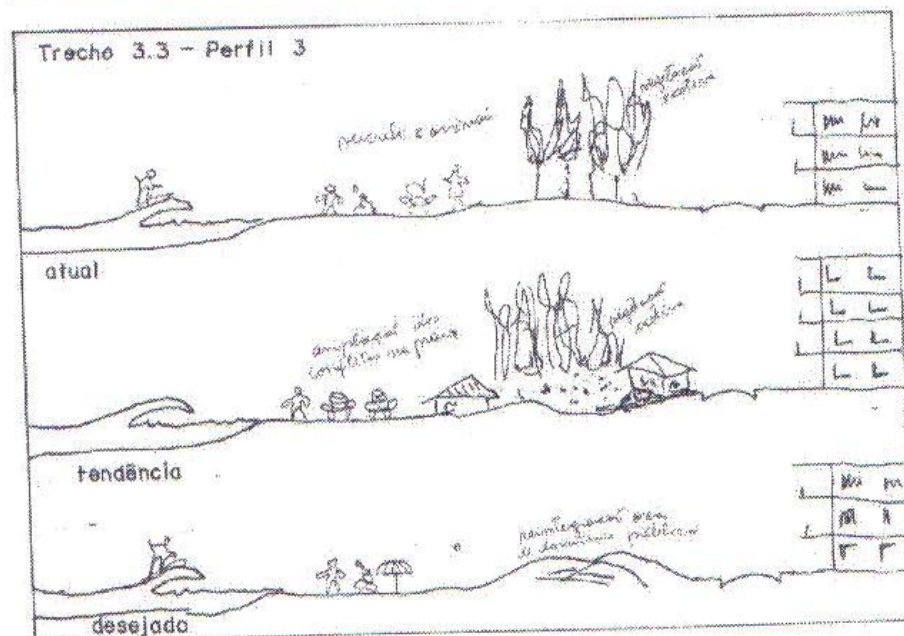
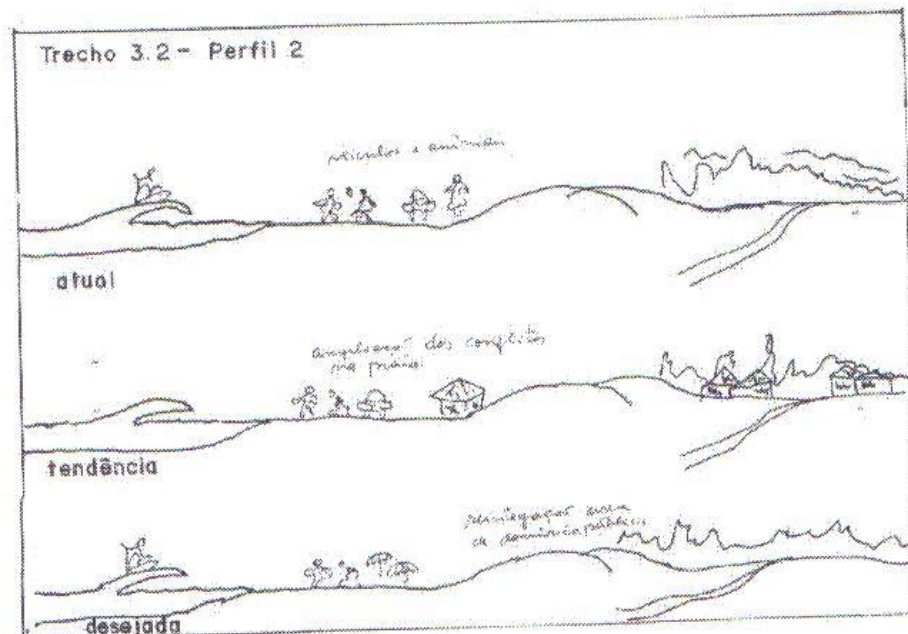


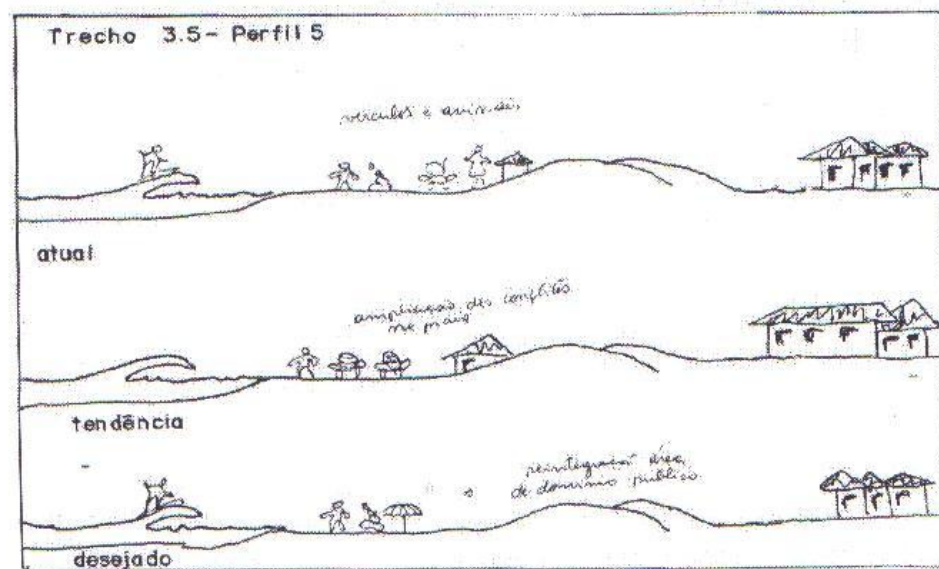
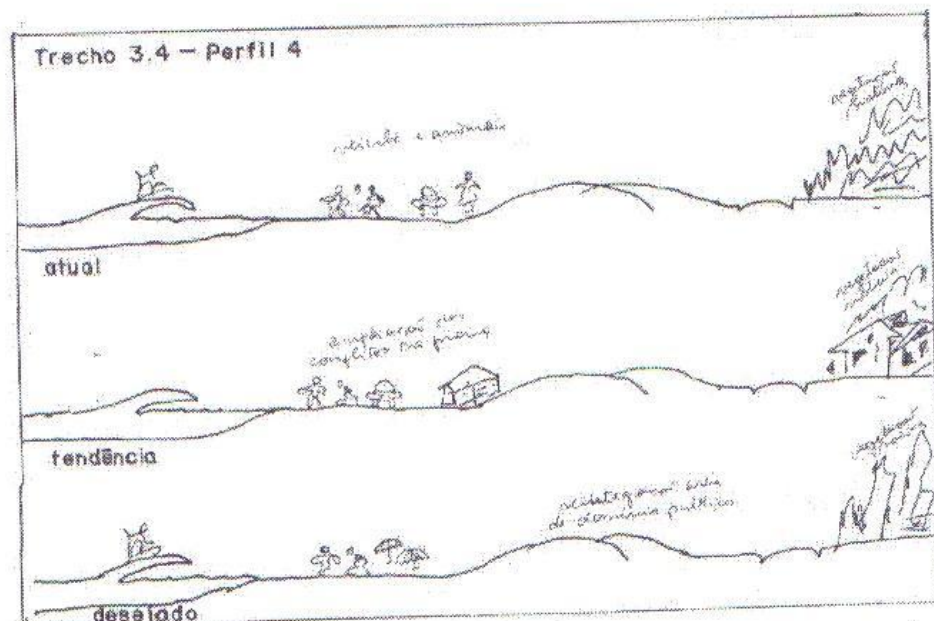


UNIDADE 3

Trecho 3.1 - Perfil 1







Quadro de Cenários- Situação atual/Tendência/Situação desejada

Unid/ Trecho	Situação atual	Tendência	Situação desejada

U n i d a d e · 1	tre ch o1	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa densidade populacional ▪ Dunas frontais preservadas ▪ Orla exposta ▪ Presença de pequenos sítios impedindo o acesso direto à praia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da densidade populacional ▪ Ocupação na faixa de dunas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa densidade populacional ▪ Preservação da área ▪ Praia liberada para o uso recreativo e contemplativo
	Tr ec ho 2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Orla semi-rústica ▪ Baixa densidade populacional ▪ Presença de loteamentos na faixa de praia com baixa ocupação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da densidade populacional ▪ Ocupação na faixa de dunas ▪ Aumento das construções nos loteamentos ▪ 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa densidade populacional ▪ Preservação da área, remanejamento dos leotamentos ▪ Praia liberada para o uso recreativo e contemplativo
	Tr ch o 3-	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Orla semi-rústica ▪ Baixa densidade populacional ▪ Presença de loteamentos na faixa de praia com baixa ocupação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da densidade populacional ▪ Ocupação na faixa de dunas ▪ Aumento das construções nos loteamentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa densidade populacional ▪ Preservação da área, Remanejamento dos loteamentos ▪ Praia liberada para o uso recreativo e contemplativo

Unidade 2	Trecho 1	<ul style="list-style-type: none">Alta densidade populacional nos períodos de veraneioPresença de quiosques na faixa de dunasPresença de vegetação exóticaAtividade de lazer- Pesca /banho e surf	<ul style="list-style-type: none">Aumento da densidade populacionalDestruição da faixa de dunasConflito entre as atividades de lazer	<ul style="list-style-type: none">controle da ocupação urbanaPreservação das dunas frontaisRecuperaçãod a vegetaçãoOrdenamento das atividades de lazer
	Trecho 2	<ul style="list-style-type: none">Alta densidade populacional nos períodos de veraneioPresença de quiosques na faixa de dunasPresença de vegetação exóticaLançamento de efluentes na praiaAtividades de lazer	<ul style="list-style-type: none">Aumento da densidade populacionalDestruição da faixa de dunasConflito entre as atividades de lazerPoluição do lençol freático	<ul style="list-style-type: none">controle da ocupação urbanaPreservação das dunas frontaisRecuperação da vegetaçãoOrdenamento das atividades de lazer.Controle do lançamento dos efluentes
	Trecho 3	<ul style="list-style-type: none">Alta densidade populacional nos períodos de veraneioPresença de vegetação exóticaAtividades de lazer	<ul style="list-style-type: none">Aumento da densidade populacionalDestruição da faixa de dunasConflito entre as atividades de lazerPoluição do lençol	<ul style="list-style-type: none">controle da ocupação urbanaPreservação das dunas frontaisRecuperação da vegetaçãoOrdenamento das atividades de lazer
Unidade 3	Trecho 1	<ul style="list-style-type: none">Média densidade populacional em períodos de veraneioPresença de vegetação exóticaAtividades de lazer	<ul style="list-style-type: none">Aumento da densidade populacionalDestruição da faixa de dunasConflito entre as atividades de lazer	<ul style="list-style-type: none">controle da ocupação urbanaPreservação das dunas frontaisRecuperação da vegetaçãoOrdenamento das atividades de lazer

	Trecho 2	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Média densidade populacional em períodos de veraneio ▪ Presença de vegetação exótica ▪ Atividades de lazer ▪ Concentração de casas de veraneio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da densidade populacional ▪ Destruição da faixa de dunas ▪ Conflito entre as atividades de lazer 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ controle da ocupação urbana ▪ Preservação das dunas frontais ▪ Recuperação da vegetação ▪ Ordenamento das atividades de lazer
	Trecho 3	Média densidade populacional em períodos de veraneio Concentração de casas de veraneio <ul style="list-style-type: none"> ▪ Presença de vegetação exótica ▪ Atividades de lazer 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da densidade populacional ▪ Destruição da faixa de dunas ▪ Conflito entre as atividades de lazer 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ controle da ocupação urbana ▪ Preservação das dunas frontais ▪ Recuperação da vegetação ▪ Ordenamento das atividades de lazer
	Trecho 4	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa densidade populacional rendendo a média densidade. ▪ Presença de comunidades tradicionais ▪ Concentração de casas de veraneio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da densidade populacional ▪ Destruição da faixa de dunas ▪ Conflito entre as atividades de lazer ▪ Expulsão da população tradicional 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resgate cultural ▪ controle da ocupação urbana ▪ Preservação das dunas frontais ▪ Recuperação da vegetação ▪ Ordenamento das atividades de lazer
	Trecho 5	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa densidade populacional ▪ Dunas frontais preservadas ▪ Orla exposta ▪ Presença de pequenos sítios impedindo o acesso direto à praia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da densidade populacional ▪ Ocupação na faixa de dunas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa densidade populacional ▪ Preservação da área ▪ Praia liberada para o uso recreativo e contemplativo

Quadro com os Parâmetros Ambientais.

Unidade 1

Trecho 1. 1

PARÂMETROS AMBIENTAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Cobertura vegetal nativa	A	C	A
Valores cênicos	A	C	A
Integridade dos ecossistemas	A	C	A
Fragilidade dos ecossistemas	A	C	A
Condição de balneabilidade	A	C	A
Degradação ambiental	A	C	A
Presença de efluentes (línguas negras)	A	C	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	C	A
Potencial Pesqueiro	A	C	A
Aptidão Para a Maricultura	A	C	A
PARÂMETROS SOCIAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Presença de Comunidades Tradicionais	C	A	C
Concentração de Domicílios de Veraneio	C	C	C
Infraestrutura Lazer/turismo	A	A	C
Cobertura Urbana	A	C	A
Domicílios Servidos Por Coleta de Lixo	C	C	C
Domicílios Servidos Por Energia Elétrica	C	C	C
Formas de acesso	B	C	B
PARÂMETROS ECONÔMICOS			
	Atual	Tendência	Desejado
Pressão imobiliária	B	C	B
Uso dos recursos pesqueiros	A	A	A
Atividades turísticas	B	C	B

Unidade 1

Trecho 2.

PARÂMETROS AMBIENTAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Cobertura vegetal nativa	A	C	A
Valores cênicos	A	C	A
Integridade dos ecossistemas	A	C	A
Fragilidade dos ecossistemas	A	C	A
Condição de balneabilidade	A	C	A
Degradação ambiental	A	C	A
Presença de efluentes (línguas negras)	A	C	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	C	A
Presença de Construções Irregulares	A	C	A
Potencial Pesqueiro	A	C	A
Aptidão Para a Maricultura	A	C	A
PARÂMETROS SOCIAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Presença de comunidades tradicionais	C	A	C
Concentração de domicílios de Veraneio	C	C	C
Infraestrutura lazer/turismo	A	A	C
Cobertura urbana	A	C	A

Domicílios Servidos Por Coleta de Lixo	C	C	C
Domicílios Servidos Por Energia Elétrica	C	C	C
Formas de acesso	B	C	B
PARÂMETROS ECONÔMICOS			
	Atual	Tendência	Desejado
Pressão imobiliária	B	C	B
Uso dos recursos pesqueiros	A	A	A
Atividades turísticas	B	C	B

Unidade 1

Trecho 3

PARÂMETROS AMBIENTAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Cobertura vegetal nativa	A	C	A
Valores cênicos	A	C	A
Integridade dos ecossistemas	A	C	A
Fragilidade dos ecossistemas	A	C	A
Condição de balneabilidade	A	C	A
Degradação ambiental	A	C	A
Presença de efluentes (línguas negras)	A	C	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	C	A
Presença de Construções Irregulares	A	C	A
Potencial Pesqueiro	A	C	A
Aptidão Para a Maricultura	A	C	A
PARÂMETROS SOCIAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Presença de comunidades tradicionais	C	A	C
Concentração de domicílios de Veraneio	C	C	C
Infraestrutura lazer/turismo	A	A	C
Cobertura urbana	A	C	A
Domicílios Servidos Por Coleta de Lixo	C	C	C
Domicílios Servidos Por Energia Elétrica	C	C	C
Formas de acesso	B	C	B
PARÂMETROS ECONÔMICOS			
	Atual	Tendência	Desejado
Pressão imobiliária	B	C	B
Uso dos recursos pesqueiros	A	A	A
Atividades turísticas	B	C	B

Unidade 2
Trecho 1.

PARÂMETROS AMBIENTAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Cobertura vegetal nativa	A	C	A
Valores cênicos	A	C	A
Integridade dos ecossistemas	A	C	A
Fragilidade dos ecossistemas	A	C	A
Condição de balneabilidade	A	C	A
Degradação ambiental	A	C	A
Presença de efluentes (línguas negras)	C	C	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	C	A
Presença de Construções Irregulares	A	C	A
Potencial Pesqueiro	A	C	A
Aptidão Para a Maricultura	A	C	A
PARÂMETROS SOCIAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Presença de comunidades tradicionais	C	A	C
Concentração de domicílios de Veraneio	C	C	C
Infraestrutura lazer/turismo	A	A	C
Cobertura urbana	A	C	A
Domicílios Servidos Por Coleta de Lixo	C	C	C
Domicílios Servidos Por Energia Elétrica	C	C	C
Formas de acesso	B	C	B
PARÂMETROS ECONÔMICOS			
	Atual	Tendência	Desejado
Pressão imobiliária	B	C	B
Uso dos recursos pesqueiros	A	A	A
Atividades turísticas	C	C	B

Unidade 2

Trecho 2

PARÂMETROS AMBIENTAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Cobertura vegetal nativa	A	C	A
Valores cênicos	A	C	A
Integridade dos ecossistemas	A	C	A
Fragilidade dos ecossistemas	A	C	A
Condição de balneabilidade	A	C	A
Degradação ambiental	A	C	A
Presença de efluentes (línguas negras)	C	C	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	C	A
Presença de Construções Irregulares	A	C	A
Potencial Pesqueiro	A	C	A
Aptidão Para a Maricultura	A	C	A
PARÂMETROS SOCIAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Presença de comunidades tradicionais	C	A	C
Concentração de domicílios de Veraneio	C	C	C
Infraestrutura lazer/turismo	A	A	C
Cobertura urbana	C	C	C
Domicílios Servidos Por Coleta de Lixo	C	C	C
Domicílios Servidos Por Energia Elétrica	C	C	C
Formas de acesso	B	C	B
PARÂMETROS ECONÔMICOS			
	Atual	Tendência	Desejado
Pressão imobiliária	C	C	C
Uso dos recursos pesqueiros	A	A	A
Atividades turísticas	C	C	B

Unidade 2

Trecho 3

PARÂMETROS AMBIENTAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Cobertura vegetal nativa	A	C	A
Valores cênicos	A	C	A
Integridade dos ecossistemas	A	C	A
Fragilidade dos ecossistemas	A	C	A
Condição de balneabilidade	A	C	A
Degradação ambiental	A	C	A
Presença de efluentes (línguas negras)	C	C	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	C	A
Presença de Construções Irregulares	A	C	A
Potencial Pesqueiro	A	C	A
Aptidão Para a Maricultura	A	C	A
PARÂMETROS SOCIAIS			

	Atual	Tendência	Desejado
Presença de comunidades tradicionais	C	A	C
Concentração de domicílios de Veraneio	C	C	C
Infraestrutura lazer/turismo	A	A	C
Cobertura urbana	C	C	C
Domicílios Servidos Por Coleta de Lixo	C	C	C
Domicílios Servidos Por Energia Elétrica	C	C	C
Formas de acesso	B	C	B
PARÂMETROS ECONÔMICOS			
	Atual	Tendência	Desejado
Pressão imobiliária	C	C	C
Uso dos recursos pesqueiros	A	A	A
Atividades turísticas	C	C	B

Unidade 3

Trecho 1

PARÂMETROS AMBIENTAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Cobertura vegetal nativa	A	C	A
Valores cênicos	A	C	A
Integridade dos ecossistemas	A	C	A
Fragilidade dos ecossistemas	A	C	A
Condição de balneabilidade	A	C	A
Degradação ambiental	A	C	A
Presença de efluentes (línguas negras)	A	C	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	C	A
Potencial Pesqueiro	A	C	A
Aptidão Para a Maricultura	A	C	A
PARÂMETROS SOCIAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Presença de comunidades tradicionais	C	A	C
Concentração de domicílios de Veraneio	C	C	C
Infraestrutura lazer/turismo	A	A	C
Cobertura urbana	A	C	A
Domicílios Servidos Por Coleta de Lixo	C	C	C
Domicílios Servidos Por Energia Elétrica	C	C	C
Formas de acesso	B	C	B
PARÂMETROS ECONÔMICOS			
	Atual	Tendência	Desejado
Pressão imobiliária	B	C	B
Uso dos recursos pesqueiros	A	A	A
Atividades turísticas	B	C	B

Unidade 3

Trecho 2

PARÂMETROS AMBIENTAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Cobertura vegetal nativa	A	C	A
Valores cênicos	A	C	A
Integridade dos ecossistemas	A	C	A
Fragilidade dos ecossistemas	A	C	A
Condição de balneabilidade	A	C	A

Degradação ambiental	A	C	A
Potencial Pesqueiro	A	C	A
Aptidão Para a Maricultura	A	C	A
PARÂMETROS SOCIAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Infraestrutura lazer/turismo	A	A	A
Formas de acesso	A	A	A
PARÂMETROS ECONÔMICOS			
	Atual	Tendência	Desejado
Uso dos recursos pesqueiros	A	A	A
Atividades turísticas	A	C	A

Unidade 3

Trecho 3

PARÂMETROS AMBIENTAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Cobertura vegetal nativa	A	C	A
Valores cênicos	A	C	A
Integridade dos ecossistemas	A	C	A
Fragilidade dos ecossistemas	A	C	A
Condição de balneabilidade	A	C	A
Presença de Unidade de Conservação	A	C	A
Degradação ambiental	A	C	A
Presença de efluentes (línguas negras)	A	C	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	C	A
Presença de Construções Irregulares	A	C	A
Potencial Pesqueiro	A	C	A
Aptidão Para a Maricultura	A	C	A
PARÂMETROS SOCIAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Presença de comunidades tradicionais	C	A	C
Concentração de domicílios de Veraneio	C	C	C
Infraestrutura lazer/turismo	A	A	C
Cobertura urbana	A	C	A
Domicílios Servidos Por Coleta de Lixo	C	C	C
Domicílios Servidos Por Energia Elétrica	C	C	C
Formas de acesso	B	C	B
PARÂMETROS ECONÔMICOS			
	Atual	Tendência	Desejado
Pressão imobiliária	B	C	B
Uso dos recursos pesqueiros	A	A	A
Atividades turísticas	B	C	B

Unidade 3

Trecho 4

PARÂMETROS AMBIENTAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Cobertura vegetal nativa	A	C	A
Valores cênicos	A	C	A
Integridade dos ecossistemas	A	C	A

Fragilidade dos ecossistemas	A	C	A
Condição de balneabilidade	A	C	A
Degradação ambiental	A	C	A
Presença de efluentes (línguas negras)	A	C	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	C	A
Presença de Construções Irregulares	A	C	A
Potencial Pesqueiro	A	C	A
Apitidão Para a Maricultura	A	C	A

PARÂMETROS SOCIAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Presença de comunidades tradicionais	C	A	C
Concentração de domicílios de Veraneio	C	C	C
Infraestrutura lazer/turismo	A	A	C
Cobertura urbana	A	C	A
Domicílios Servidos Por Coleta de Lixo	C	C	C
Domicílios Servidos Por Energia Elétrica	C	C	C
Formas de acesso	B	C	B
PARÂMETROS ECONÔMICOS			
	Atual	Tendência	Desejado
Pressão imobiliária	B	C	B
Uso dos recursos pesqueiros	A	A	A
Atividades turísticas	B	C	B

Unidade 3

Trecho 5

PARÂMETROS AMBIENTAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Cobertura vegetal nativa	A	C	A
Valores cênicos	A	C	A
Integridade dos ecossistemas	A	C	A
Fragilidade dos ecossistemas	A	C	A
Condição de balneabilidade	A	C	A
Degradação ambiental	A	C	A
Presença de efluentes (línguas negras)	A	C	A
Presença de resíduos sólidos (lixo) na orla	A	C	A
Potencial Pesqueiro	A	C	A
Apitidão Para a Maricultura	A	C	A
PARÂMETROS SOCIAIS			
	Atual	Tendência	Desejado
Presença de comunidades tradicionais	C	A	C
Concentração de domicílios de Veraneio	C	C	C
Infraestrutura lazer/turismo	A	A	C
Cobertura urbana	A	C	A
Domicílios Servidos Por Coleta de Lixo	C	C	C
Domicílios Servidos Por Energia Elétrica	C	C	C
Formas de acesso	B	C	B
PARÂMETROS ECONÔMICOS			
	Atual	Tendência	Desejado
Pressão imobiliária	B	C	B
Uso dos recursos pesqueiros	A	A	A
Atividades turísticas	B	C	B

2. PROPOSTAS DE AÇÃO

2.1- Identificação e caracterização dos conflitos

Identificação dos conflitos e potenciais existentes na orla de Arroio do Sal, constitui-se em uma ferramenta fundamental para a proposição de intervenções, uma vez que os mesmos são geradores de problemas, que produzem impactos sobre o ambiente e exigem ações para sua solução.

Portanto, identificar os conflitos, as atividades geradoras, os atores envolvidos e a legislação que podem vir a regulá-los é um dos procedimentos para elaboração do Plano de Intervenção na Orla.

Identifica-se em maior escala e como maiores causadores dos conflitos na orla, as atividades sociais e econômicas. Sob o ponto de vista geral, estão envolvidos nestes conflitos um ou mais atores, sejam eles cidadãos ou representantes de órgãos públicos, entidades representativas de segmentos da sociedade civil, ONGs etc.

Deve-se destacar que alguns trechos diagnosticados não possuem, ainda, intervenções que causem impactos negativos, pois conforme o quadro de classificação dos trechos, estes foram classificados como “A”. Neste caso as futuras ações propostas terão um caráter preventivo.

A seguir apresentamos o quadro síntese (**Quadro A**), com **conflitos gerais** identificados ao longo da faixa da orla, e o **Quadro B**, com os conflitos em cada trecho selecionado.

QUADRO A – Conflitos gerais da orla do município

Configuração do local/uso	Conflito	Potencial
orla exposta urbano cordão de dunas alta densidade populacional presença de quiosques área de lazer trânsito de veículos na faixa de praia pescador/banhista vegetação exótica	<ul style="list-style-type: none">• Preservação do ecossistema costeiro X atividade comercial (introdução de vegetação exótica em dunas frontais, presença de quiosques na faixa de areia)• Pesca profissional de lazer X segurança dos banhistas (atividade de pesca de lazer em área de banho)• Manutenção da balneabilidade X despejo de esgoto• Conforto ambiental X poluição sonora	Turístico Incremento à atividade turística e de lazer

	Segurança dos banhistas X trânsito na faixa de praia	
--	--	--

QUADRO B

Identificação e caracterização dos conflitos existentes na Unidade 2 – Trecho 2

Conflitos existentes	Atividades geradoras do conflito	Atores sociais envolvidos	Atores institucionais envolvidos	legislação incidente na área
1- Preservação do ecossistema costeiro X Uso inadequado da zona de praias e dunas frontais (Ocupação Irregular (quiosques) e introdução de vegetação exótica causando a desconfiguração da faixa de duna e praia	Comercial Residencial	Empresários dos setores: Hotéis Bares Restaurantes. Quiosques Veranistas Moradores permanentes	Prefeitura Associações: Empresários Moradores Quiosqueiros. SPU FEPAM	Lei 4771/65 Código Florestal Lei Municipal nº 668/96 Plano Diretor(em revisão) Lei Municipal nº 1.033/01 Código de Meio Ambiente e Posturas Lei 11520/ Código Estadual de Meio Ambiente. Lei Federal nº 4.771/65 Cód. Florestal Resolução CONAMA Nº 303/2002 Lei 7661/88 Gerenciamento Costeiro Lei 9665/98 Crimes Ambientais
2- Manutenção do nível de balneabilidade X despejo de esgoto (falta de saneamento básico comprometendo a balneabilidade e poluindo o lençol freático)	Comercial Residencial Turismo Veranismo Construção civil	Veranistas Turistas Moradores Empresários da construção civil	Prefeitura Associações Corsan	RESOLUÇÃO CONAMA nº 20/86 Lei federal nº 9.433/97 Recursos Hídricos Lei Estadual Nº 10.350/94 Recursos Hídricos Lei Municipal nº 1.033/01 Código Municipal do Meio Ambiente e Posturas Lei Nº 11.520 Código Estadual de Meio Ambiente

3- Conforto ambiental X Poluição sonora	Comercial Lazer Publicidade	Empresários dos setores: Bares Restaurantes Publicidade Veranista	Prefeitura Associações: Empresários Moradores Veranista PATRAM	Lei Municipal nº1.033/01Cód. Municipal do meio Ambiente e Posturas Lei Municipal nº 668/96 Plano Diretor(em revisão)
4- Segurança dos banhistas X Trânsito de veículos na área de faixa de praia de forma inadequada	Comercial Lazer	Empresários dos setores: Bares Restaurantes lojas transportes. Turistas Banhistas	Prefeitura Associações: Empresários Moradores. brigada militar	Lei do Guasseli 2 Lei Federal nº 9.503/97 Código . de Trânsito Lei Municipal nº 668/96 Plano Diretor(em revisão)
5- Ocupação da faixa de praia por distintos usos X incompatibilidade com as atividades de lazer	Comercial Lazer residencial esportiva	Empresários dos setores: Bares Restaurantes lojas Turistas Banhistas	Prefeitura Associações: Empresários Moradores SPU FEPAM	Lei Municipal nº1.033/01Cód. Municipal do meio Ambiente e Posturas Lei Municipal nº 668/96 Plano Diretor(em revisão) Lei 11520/ Código. Estadual de Meio Ambiente
6- Produção de Resíduos Sólidos x Qualidade Ambiental	Comercial Lazer Veraneio	Empresários dos Setores: Bares Restaurantes Quiosques Lojas Usuários da Praia	Prefeitura Associações: Empresários Moradores Veranistas Quiosques SPU FEPAM	Lei Municipal nº1.033/01Cód. Municipal do meio Ambiente e Posturas Lei Municipal nº 668/96 Plano Diretor(em revisão)
7- Pesca profissional predatória X manutenção do equilíbrio da fauna marinha	Comercial	Empresários do Setor Pesqueiro de Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Prefeitura IBAMA BRIGADA MILITAR (PATRAM)	Lei Municipal nº 1.033/01 Código. de Meio Ambiente e Posturas Lei 11520/ Código. Estadual de Meio Ambiente. Lei 7661/88 Gerenciamento Costeiro

2.2 - Caracterização dos problemas relacionados a cada conflito

CONFLITO 1 - PRESERVAÇÃO DO ECOSSISTEMA COSTEIRO X USO INADEQUADO DA ZONA DE PRAIAS E DUNAS FONTAIS

Problemas	Efeitos/Impactos	Linhas de Ação
A) Edificações comerciais sobre dunas (APP) e praia	<ul style="list-style-type: none">- Descaracterização da paisagem;- Fragilização do Ecossistema;- Supressão de dunas;- Modificação da dinâmica;- Pisoteio em área sensível- Privatização de área pública	<ul style="list-style-type: none">- Remoção;- Recuperação;- Sinalização;- revisão e incremento dos procedimentos de fiscalização.
b) Introdução de vegetação exótica em dunas	<ul style="list-style-type: none">- Mudança na dinâmica biológica e geomorfológica da duna;- Alteração cênica.	<ul style="list-style-type: none">- Remoção;- Recuperação;- Monitoramento.

CONFLITO- 2- MANUTENÇÃO DO NÍVEL DE BALNEABILIDADE X DESPEJO DE ESGOTO

Problemas	Efeitos/impactos	Linhas de Ação
a) sistema de drenagem pluvial, recebendo esgoto cloacal sem tratamento	<ul style="list-style-type: none">- contaminação dos recursos hídrico;- disseminação de doenças de veiculação hídrica;- contaminação de areia.	<ul style="list-style-type: none">- saneamento;- revisão e incremento dos procedimentos de fiscalização.- monitoramento da água
b) falta de controle municipal sobre sistemas individuais de tratamento e destinação de esgoto	<ul style="list-style-type: none">- dificuldade de administrar o sistema	<ul style="list-style-type: none">- diagnóstico

CONFLITO 3 – CONFORTO AMBIENTAL X POLUIÇÃO SONORA

Problema	Efeitos/impactos	Linhas de Ação
a) música alta proveniente de estabelecimentos comerciais	<ul style="list-style-type: none"> - desconforto; - atração de pessoas em áreas frágeis, provocando impactos físicos ambientais; - evasão de veranistas 	<ul style="list-style-type: none"> - remoção; - adequação dos ambientes; - revisão e incremento dos procedimentos de fiscalização. - disciplinamento
b) fontes móveis individuais de execução sonora excessiva	<ul style="list-style-type: none"> - desconforto; - evasão de veranistas 	<ul style="list-style-type: none"> - fiscalização ; - zoneamento
c) carros de propaganda	<ul style="list-style-type: none"> - desconforto 	<ul style="list-style-type: none"> - fiscalização

CONFLITO 4 – SEGURANÇA DOS BANHISTAS X TRÂNSITO DE VEÍCULOS NA ÁREA DE FAIXA DE PRAIA DE FORMA INADEQUADA

Problema	Efeito/impacto	Linhas de Ação
a) - falta de segurança pública na praia	<ul style="list-style-type: none"> - acidentes com veranistas; - destruição da biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> - revisão e incremento dos procedimentos de fiscalização; - barreiras físicas
b) –engarrafamento de veículos nos cruzamentos;	<ul style="list-style-type: none"> - obstrução do fluxo de trânsito; - dificuldade de movimentação; - acidentes 	<ul style="list-style-type: none"> - planejamento viário; - revisão e incremento dos procedimentos de fiscalização

CONFLITO 5 – OCUPAÇÃO DA FAIXA DE PRAIA POR DISTINTOS USOS X INCOMPATIBILIDADE COM AS ATIVIDADES DE LAZER

Problemas	Efeitos/impactos	Linhas de Ação
- disposição de apetrechos de pesca em área de banho e surf	<ul style="list-style-type: none"> - acidentes; - desconforto 	<ul style="list-style-type: none"> - zoneamento; - revisão e incremento dos procedimentos de fiscalização

CONFLITO 6 – PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS X QUALIDADE AMBIENTAL

Problemas	Efeitos/Impactos	Linhas de Ação
-----------	------------------	----------------

- poluição e degradação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - evasão dos veranistas - proliferação de doenças 	<ul style="list-style-type: none"> - coleta seletiva - educação - orientação - revisão e incremento dos procedimentos de fiscalização
-----------------------------------	--	---

CONFLITO 7 - PESCA PROFISSIONAL PREDATÓRIA X MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO DA FAUNA MARINHA

Problemas	Efeitos/Impactos	Linhas de Ação
- diminuição do potencial pesqueiro próximo a faixa de praia.	<ul style="list-style-type: none"> - comprometimento da pesca de subsistência - interferência no ciclo de desenvolvimento da fauna marinha - descarte dos peixes, de baixo valor comercial, ao longo da costa 	<ul style="list-style-type: none"> - revisão e incremento dos procedimentos de fiscalização - educação

2.3-Ações e medidas estratégicas

Diante do estabelecimento das linhas de ação, necessárias à solução de cada um dos conflitos e os problemas e impactos por eles gerados, detalha-se a seguir as ações **(A)** e medidas **(M)** estratégicas, seus objetivos e responsáveis.

Conflito 1 - preservação do ecossistema costeiro x Uso inadequado da zona de praias e dunas frontais.

Problema	Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade.	Responsabilidade
Edificações comerciais sobre dunas (APP) e praia	A1- Remoção das edificações das dunas e substituição das edificações na praia M- Lavrar auto de infração através dos órgãos competentes M- Não emitir alvará	Reintegração ao ecossistema natural , recuperar e manter as características da praia	tempo a definir- Processo em andamento no MP	Prefeitura através da Secretaria de Obras; FEPAM ; Ministério Público; SPU- GRPU.
	A2- recuperação e manutenção das dunas frontais M- fixação de esteiras , galhação e cerca de costaneira	Resgate as características originais	Início imediato- 12 meses de duração	Prefeitura através da Secretarias de: Obras, Educação; Turismo ; FEPAM ;

				COMCA ; NEMA.
	A3- implantar sinalização M- fixação de placas indicativas e informativas/	Orientar e informar e educar	Início imediato – duração de 3 meses	Prefeitura através das Secretarias de Obras, Educação; Turismo; Parceria com a iniciativa privada.
	A4- monitoramento e ações de fiscalização das dunas- M- relatório mensal da situação - fiscalização direta da fiscalização de obras	Preservação das dunas e dos ecossistemas.	Início imediato – duração contínua	Prefeitura através da Secretaria de Obras, Educação Turismo COMCA ONGs
	A5- adequar e regulamentar através do plano de uso de faixa de praia- M- projeto de substituição dos quiosques fixos pelos móveis	Ordenar/ disciplinar a colocação do quiosques/ despoluição visual	Andamento através do TAC- Termo de Ajustamento de Conduta	Prefeitura através das Secretarias de Planejamento; Engenharia ; Turismo; FEPAM ; SPU-GRPU.

Conflito 1 - Preservação do ecossistema costeiro x Uso inadequado da zona de praias e dunas fontais,(continuação)

Problema	Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade.	Responsabilidade
Introdução de vegetação exótica em dunas	A1- remoção da vegetação exótica M- através de projeto elaborado e executado secretaria de obras	Resgatar as características originais	3 meses	Secretaria de obras/ SEMA
	A2- recuperação da área M- através da introdução de vegetação rasteira de duna	Resgatar as características originais	3 meses	Prefeitura- Fepam, CONCA, NEMA, SPU, ONGS e indicativa privada
	A3- Sinalização. M- Implantar sinalização com placas informativas e indicativas	Orientação , informação , educação para preservar	3 meses	Prefeitura e indicativa privada
	A4- Monitoramento e ações de fiscalização. M- Fiscais e monitores com levantamento periódico, através da prefeitura , COMCA,	preservação da área	3 meses	Prefeitura- COMCA, Ongs, pref. de obras, turismo e educação

	ongs			
--	------	--	--	--

Conflito- 2- Manutenção do nível de balneabilidade x Despejo de esgoto

Problema	Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade.	Responsabilidade
Sistema de drenagem pluviual recebendo esgoto sem tratamento	A1- Projeto alternativo de esgotamento sanitário com intervenções pontuais	Amenizar os impactos ambientais/ conservar os recursos hídricos	30 dias-contínua	Prefeitura/ CORSAN
	A2- Ações de fiscalização- M- levantar as residências que estão irregulares e informar ao órgão de fiscalização competente M- levantamento das residências com sistema de captação	Amenizar os impactos ambientais/ conservar os recurso hídricos	contínua	Prefeitura/CORSAN

Conflito 3 – Conforto ambiental x Poluição sonora

Problema	Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade.	Responsabilidade
Música alta proveniente de estabelecimentos comerciais	A-1 Adequação dos ambientes- (construção) M1- Apoiar no cumprimento das normas do Código de posturas- isolamento acústico. A-2 Ações de fiscalização e disciplinamento M2- Apoiar no cumprimento das normas do Código de posturas	Recuperar o conforto do turista-veranista e moradores, garantindo o lazer	Início - Dezembro-2003 findando em dez. de 2004	Prefeitura-Secretaria de Saúde, Turismo, Obras e Fazenda.

Fontes móveis individuais de execução sonora excessiva (carros particulares)	A1- Ações de fiscalização- M1- Apoiar no cumprimento das normas do Código de posturas-	Recuperar o conforto do turista-veranista e moradores, garantindo o lazer	Durante o período de veraneio	Prefeitura-Secretaria de Saúde, Turismo, Fazenda Brigada Militar.
Carros de propaganda-	A1- Ações de fiscalização- M1- Apoiar no cumprimento das Legislação pertinente e o código de posturas	Recuperar o conforto do turista-veranista e moradores, garantindo o lazer e a qualidade ambiental	Contínua	Prefeitura-Secretaria de Saúde, Turismo, Fazenda Brigada Militar.

Conflito 4 Trânsito de veículos em faixa de praia em local inadequado

Problema	Ações e medidas	Finalidade	Duração da atividade.	Responsabilidade
-----------------	------------------------	-------------------	------------------------------	-------------------------

Falta de segurança pública na praia através de veículos trafegando na faixa de areia	A1- Limitar os acessos à praia M- recuperação da duna através de galhação . A2-Criar barreira física M- através da fixação de moirões de eucalipto com 2,00 de h, parte enterrada e parte exposta.	Garantir a segurança na praia, proteção ambiental	30 dias para colocação	Prefeitura – Secretaria de Obras e Turismo
Engarrafamento de veículos nos cruzamentos	A1- Planejamento viário- M- reavaliação do sistema de tráfego de veículos e sinalização M- elaboração de um projeto viário	Ordenamento do trânsito	Imediato	Prefeitura - Secretaria de Obras e turismo

Conflito 5 – Ocupação da faixa de praia por distintos usos x Incompatibilidade com as atividades de lazer

Problema	Ações e medidas	Finalidade	Duração da Atividade	Responsabilidade
Disposição de petrechos de pesca em área de banho e surf, (pesca de lazer)	A 1- Propor a ampliação da Lei de Zoneamento e do Código de posturas M- Apoiar no cumprimento da legislação vigente- Código de posturas- que determina área de banho esporte e pesca . M - colocação de placas indicativas A- Ações de fiscalização	Ordenar e disciplinar essas atividades na faixa de areia	30 dias para colocação	Prefeitura - Secretaria de Obras e Turismo

Conflito 6 – Produção de resíduos sólidos x Qualidade ambiental

Problema	Ações e medidas	Finalidade	Duração da Atividade	Responsabilidade
Poluição da área por diversos objetos recicláveis e orgânicos	A 1 – Promover a coleta seletiva. M1 -Distribuição de coletores específicos para cada fim. M- Projeto de educação ambiental para conscientização da população.	Manter a faixa de praia e dunas limpas.	60 dias para implantação	Prefeitura – Secretaria de Obras, de Turismo, e de Educação.

Conflito 7 - Pesca profissional predatória x Manutenção do equilíbrio da fauna marinha

Problema	Ações e medidas	Finalidade	Duração da Atividade	Responsabilidade
Diminuição da quantidade e da qualidade do pesca do	A1 - Apoio ao patrulhamento. M- acionar a guarda costeira para efetuar o policiamento constante. A2 - Conscientização e educação ambiental. M- Parcerias com os órgãos não governamentais ,escolas municipais e estaduais.	Manter o equilíbrio da fauna marinha.	6 meses.	Prefeitura – Sec. Educação, Sec. Turismo. PATRAN FEPAM

3. ESTRATÉGIAS PARA EXECUÇÃO DO PLANO

3.1- Estratégias para implantação do Plano

Algumas ações propostas para o ordenamento da orla do Município de Arroio do Sal, encontram-se em andamento. Parte provocada pela ação do Ministério Público Federal – MPF e da Gerência Regional do Patrimônio da União – GRPU, articulado com a Prefeitura Municipal, assim como as propostas de ordenamento de uso da faixa de praia elaboradas numa parceria entre o Município, GRPU e FEPAM.

O Município se utiliza de mecanismos de cooperação e participação da sociedade civil e órgãos públicos (das esferas local, estadual e federal), na formulação e implantação das intervenções. A seguir são apresentadas as estratégias

construídas para execução das ações iniciais do Plano, as formas idealizadas para participação popular e legitimação do plano, e as articulações político-institucionais necessárias a essa execução.

Formas de legitimação do plano de intervenção

- **Ações de caráter informativo**

Apresentação do Plano para os atores envolvidos (outros órgãos da prefeitura, câmara legislativa municipal, sociedade civil, instituições, etc.), através do grupo técnico que o elaborou;

Sintetizar o Plano para apresentá-lo, informando os objetivos e o processo de elaboração através de palestras com a participação do Ministério Público, GRPU, FEPAM, Prefeitura e sociedade civil, e com o esclarecimento do papel de cada uma.

- **Ações de Caráter Consultivo**

Agregar contribuições da sociedade civil, de entidades institucionais (Universidades, Comitê de Bacias, etc).

- **Ações de Caráter Deliberativo**

Reuniões com instituições, associações, e outros atores para identificar os possíveis parceiros para definição da composição do Comitê Gestor (entidades representativas a nível local, estadual e federal e sociedade civil).

Criação do Comitê Gestor.

Reuniões para identificar os possíveis parceiros para definição da composição do Comitê Gestor (entidades representativas a nível local, estadual e federal e sociedade civil).

Mecanismos de envolvimento da sociedade

A formação do Comitê Gestor representará o principal espaço de discussão e validação das propostas do Plano.

A partir da sua institucionalização será possível a realização de audiências públicas e *workshops* nas áreas específicas de intervenção, assim como, oficinas que incorporem outras contribuições e demandas que venham ao encontro da consolidação e implantação das ações previstas.

- **Atividades**

Divulgação na imprensa local.

Utilização do espaço da tribuna na Câmara de Vereadores.

Apresentação do Plano para a Administração Municipal (Prefeito e Secretários)

- **Responsável**

Equipe Técnica

GRPU

Ministério Público

FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Luis Henrique Roessler)

Prefeitura Municipal de Arroio do Sal

COMCA (Conselho Municipal de Controle Ambiental)
Câmara Municipal de Vereadores

- **Público Alvo**

População local
Veranistas
Comerciantes
ONGs
Associações
Poderes Executivo e Legislativo municipal

- **Meios**

Exposição do Plano através de painéis e cartazes
Distribuição de material informativo e/ou educativo
Descentralização das reuniões do Grupo Gestor
Criação de um fórum itinerante para apresentação do Plano
Adequação da apresentação às características de cada local

- **Produção Necessária**

Elaborar cartilha informativa do Plano para divulgação com vistas à introdução deste material nas Escolas.

- **Cronograma**

Definir, a partir da criação do Grupo Gestor, o cronograma para aplicação do Plano.

- **Formação do Comitê Gestor da Orla**

A sociedade, através de todos os seguimentos envolvidos, fará a escolha de representantes para a formação do Comitê Gestor da Orla.

Alternativas de articulação política

Além da mobilização da sociedade na implantação do Plano e sua gestão, considera-se importante as articulações políticas necessárias, envolvendo o Comitê Gestor e os Órgãos governamentais responsáveis pelas políticas públicas incidentes na orla, através da divulgação e sensibilização , envolvendo:

- Prefeitura
- SEAMA
- GRPU-RS
- Ministério Público
- EMATER/RS
- UNIVERSIDADES
- PATRAM (Patrulhamento Ambiental da Brigada Militar)
- IBAMA
- CAPITANIA DOS PORTOS

- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ

Responsabilidades dos órgãos públicos atuantes na orla na execução do Plano, são elas:

- SEMA

Apoiar ações, articular os diversos órgãos envolvidos, auxiliar na coordenação da gestão da orla e promover controle sistemático.

- GRPU

Emitir notificações, apoiar delimitações e promover ações de fiscalização.

- PREFEITURA

Desapropriar lotes, fazer demolições, adquirir equipamentos, capacitar pessoal, definir e elaborar projetos, estruturar equipe de gestão, promover plantios, definir e construir passeios, promover parcerias e convênios, estudar e implantar roteiros, editar normas e fazer cumprir as normas existentes.

- MINISTÉRIO PÚBLICO

Agir judicialmente e apoiar ações.

- EMATER

Apoiar ações e desenvolver projetos.

- UNIVERSIDADES

Realizar estudos, apoiar a elaboração de projetos, realizar cursos de capacitação, aproveitamento de estagiários nas mais variadas áreas.

- PATRAM

Apoiar ações e aplicar a legislação.

- IBAMA

Apoiar ações e aplicar a legislação.

- CAPITANIA DOS PORTOS

Definir e fazer cumprir normas e legislação.

- COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ

Apoiar ações e o desenvolvimento de estudos técnicos.

3.2-Subsídios e meios existentes

A seguir estão listados os subsídios e meios disponíveis para a implantação do Plano de Intervenção.

Base legal prevista para ações normativas:

Instrumentos locais de desenvolvimento regularização urbana

Plano Diretor de Arroio do Sal, Lei nº 668/96, foi aprovado em 30 de outubro de 1996. Quando foi elaborado, não havia ainda a conscientização atual de incluir a Zona Rural no trabalho de ordenamento de ocupação. Com o surgimento do Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, ocorre a introdução do conceito de GESTÃO DEMOCRÁTICA.

O Plano Diretor ora vigente, foi descaracterizado no decorrer dos anos, por supressão de artigos e introdução de outros, que modificaram a estrutura original

do trabalho. Em princípio, optou-se por limitar a altura dos prédios a, no máximo três (03) andares em determinadas áreas. Este parâmetro foi substituído de maneira completamente inadequada, isto é, sem estudo prévio e sem previsão de consequências ambientais. Também os recuos foram alterados, sempre em função de interesses contrários ao ordenamento urbano adequado à sustentabilidade da região.

Com o objetivo de permitir a adequação da legislação municipal vigente e proposta, em especial o Plano Diretor, aos princípios do PNGC e aos critérios do Zoneamento Ecológico Econômico, de forma a garantir o ordenamento territorial de acordo com critérios de sustentabilidade ambiental, estabeleceu-se uma cooperação técnica entre FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) e Prefeitura Municipal de Arroio do Sal e elaborou-se a *PROPOSTA PRELIMINAR DE ZONEAMENTO AMBIENTAL PARA SUBSIDIAR O PLANO DIRETOR DE ARROIO DO SAL*.

A proposta foi concluída em agosto de 2000, detalha a nível municipal as condicionantes ambientais de Arroio do Sal que, cruzadas com os dados das *DIRETRIZES AMBIENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE* e a Legislação Ambiental vigente, resulta em seis (06) Zonas com seus usos respectivos.

Parcelamento do Solo, Lei Municipal nº 852/98, de 30 de dezembro de 1998.

Código do Meio Ambiente e Posturas, Lei Municipal nº 1033/01, de 28 de novembro de 2001.

A nível regional do Litoral Norte, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) elaborou as *DIRETRIZES AMBIENTAIS DO MACROZONEAMENTO COSTEIRO DO LITORAL NORTE*, que classifica o município em três (3) zonas, quais sejam:

- Área Urbana
- Zona 2 – Balneários
- Zona 3 - Campos

com suas respectivas Caracterizações, Metas, Restrições de Uso dos Recursos Naturais e Potencialidades.

O PLANO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TRAMANDAÍ, encontra-se em fase de elaboração.

Existe um projeto de criar-se o *AGLOMERADO URBANO DO LITORAL NORTE*.

Base legal

Legislação Municipal

Lei Orgânica do Município de Arroio do Sal- 1990

Lei nº 852/98 - PARCELAMENTO DE SOLO

LEI Nº 668/96 – Revoga a Lei 649/96 e Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Arroio do Sal, e dá outras providências

LEI Nº 1053, de 31 de dezembro de 2001- Institui o Código de Obras do Município de Arroio do Sal, e dá outras providências.

LEI Nº 1033, de 28 de novembro de 2001, Institui o Código de Meio Ambiente e Posturas do Município de Arroio do Sal, e dá outras providências.

LEI 441/93- de 29 de dezembro de 1993 -Dispõe sobre o Código Sanitário do Município

LEI Nr 250/91- Delimita áreas de banho, pesca, surf, esportes.

LEI Nr. 592/95-Altera o Artigo 1.º da Lei nº 250/91 e delimita área de banho no Balneário Areias Brancas e Balneário Pérola, e dá outras providências.

LEI Nº 744/97-Altera o quadro do regime urbanístico da Lei 668/96 (quatro andares na Beira Mar).

LEI Nº 850/98 – Altera a Lei 777/97 que delimita áreas de banho e pesca na orla marítima do município de dá outras providências.

LEI Nº 969/2000- Plano Municipal para implementação das Atividades comerciais da faixa de praia do município de Arroio do Sal

Legislação Federal

1 . Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 - Dispõe sobre os bens imóveis da União e da outras providências.

2 - Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 –Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóvel de propriedade da União e da outras providências.

3 - Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 – **Dispõe sobre a regularização, altera dispositivo, dos Decretos-Leis nº 9.760, de 5 de setembro de 1.946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o parágrafo 2º do art 49 do Ato das administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, Disposições Constitucionais Transitórias, e da outras providências.**

4 – Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001 – **Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o parágrafo 1º do art 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e da outras providências.**

5 - Lei de 15 de novembro de 1831 – Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1832 – 1833.

6 - Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 – Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

7 - Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854 – Manda executar a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.

8 - Lei nº 1.507, de 26 de setembro de 1867 – Fixa a despesa e orça a geral receita do Império para os exercícios de 1867 – 68 e 1868 – 69, e da outras providências.

9 - Decreto nº 4.105, de 22 de fevereiro de 1868 – Regula a concessão dos terrenos de marinha, dos reservados nas margens dos rios e dos acrescidos natural ou artificialmente.

10 - Decreto-lei nº 2.490, de 16 de agosto de 1940 – Estabelece novas normas para o aforamento dos terrenos de marinha e da outras providências.

11 -Decreto-lei nº 3.438, de 17 de julho de 1941 – Esclarece e amplia o Decreto-Lei nº 2.490, de 16 de agosto de 1940.

12 - Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro 1967 – Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador, concessão de uso de espaço aéreo e da outras providências.

13 - Lei nº 5.651, de 11 de dezembro de 1970 – Dispõe sobre a venda de bens, pelo Ministério do Exército, e aplicação do produto da operação em empreendimento de assistência social e da outras providências.

14 - Lei nº 5.658, de 7 de junho de 1971 – Dispõe sobre a venda de bens imóveis, pelos Ministérios da Aeronáutica e da Marinha, sobre a aplicação do produto da operação, e da outras providências.

15 - Lei nº 5.972, de 11 de dezembro de 1973 – Regula o procedimento para o registro da propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.

16 - Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre o processo discriminatório de terras devolutas da União, e dá outra providências.

17 - Decreto – lei nº 1.561, de 13 de julho de 1977 – Dispõe sobre a ocupação de terrenos da União e dá outras providências.

18 - Decreto-lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981 – Dispensa do pagamento de foros e de laudêmios ou titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências.

19 -Lei nº 7661/88 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – Orienta a utilização nacional dos recursos na Zona Costeira e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, ético e cultural.

20 -Lei nº 4771/65 – Código Florestal Federal – Considera de preservação permanente as florestas e formas de vegetação natural destinadas a fixar as dunas.

21. Lei nº 9605/98 – Crimes Ambientais – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas decorrentes das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

22. Lei nº 3179/99 – Crimes Ambientais – Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

23. Lei nº 9537/97 – Dispõe sobre a segurança do tráfego em águas sob jurisdição nacional.

24. Lei nº 6766/79 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

25. **Lei 6902/81** – Dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e outras providências.
26. **Lei nº 9905/2000** – Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (regulamentando o artigo 225 da CF/88)
27. **Decreto nº 89336/84** – Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e áreas de relevante interesse ecológico
28. **Decreto nº 750/93** – Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.
29. **Constituição da República Federativa do Brasil – 88** – Estabelece a zona costeira como patrimônio nacional.
- 30 -**NORMAM 03/2000** – Norma da Autoridade Marítima para embarcações de esporte e recreio.
- 31 -**NORMAM 11/2000** – Norma da Autoridade Marítima que estabelece critérios para execução de obras sobre e as margens das águas sob jurisdição nacional.
- 32 - **Resolução CONAMA 307/2000** – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Legislação Estadual

1. **Lei nº 11520/2000 – Código Estadual do Meio Ambiente** – Dispõe sobre o gerenciamento costeiro.
2. **Constituição do Estado do RS / 89** – Prevê que o Estado desenvolverá ações permanentes de proteção, restauração e fiscalização do meio ambiente, incumbindo-lhe promover o gerenciamento costeiro.
3. **Lei 10330/94** – Dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, a elaboração, implantação e controle da política ambiental do Estado e dos Municípios na proteção ambiental.
4. **Lei nº 9204/91** – Proíbe a circulação de veículos nas praias balneárias do RS.
5. **Lei nº 8676/88** – Determina a obrigatoriedade de demarcação das áreas de pesca, lazer ou recreação nos municípios com orla marítima, lacustre ou fluvial.
6. **Lei nº 10164/94** – Dispõe sobre a definição da pesca artesanal no território do RS.

7. **Lei nº 10116/94** – Institui a Lei de Desenvolvimento Urbano, que dispõe sobre os critérios e requisitos mínimos para a definição e delimitação de áreas urbanas e de expansão urbana, entre outros.
8. **Decreto nº 38355/98** – Estabelece normas básicas para o manejo dos recursos florestais nativos do RS, de acordo com legislação vigente.
9. **Decreto nº 34256/92** – Cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação.
10. **Decreto nº 34573/92** – Aprova o Regulamento dos Parques do RS.
11. **Decreto nº 38814/98** – Regulamento o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC.

4. ESTRATÉGIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

4.1 – Monitoramento

O monitoramento será efetuado de acordo com cada ação proposta em períodos a serem definidos , com a finalidade de promover ajustes necessários para implementação e avaliação das ações

O indicadores a serem adotados deverão apoiar o monitoramento das ações:

- População usuária do espaço da faixa da orla (atores envolvidos - usuários, moradores, comerciantes,etc).
 - balneabilidade.
 - Levantamento junto à associação comercial sobre o número de estabelecimentos comerciais na faixa da orla
 - Número de terrenos desapropriados e equipamentos construídos.
 - Comerciantes formalizados
 - Plantio de espécies nativas concluído
 - Área coberta por plantio de espécies exóticas
 - Extensão de rede de drenagem executada
 - Sinalização criada e implantada
 - N° de infratores notificados e enquadrados conforme a lei.
- No decorrer do processo poderão ser identificados outros indicadores.

4.2 - Sistemática de acompanhamento, avaliação e revisão do Plano

Serão elaborados relatórios de acompanhamento e avaliação pelos responsáveis

pelas ações previstas em diferentes períodos conforme o prazo previsto para conclusão das ações. Os relatórios deverão trazer informações sobre as ações em andamento . Serão apresentados: ação/medida; responsável pela ação; cronograma previsto ; produtos parciais e concluídos, pontos críticos a serem reavaliados.

4.3 - Apresentação do plano e cronograma geral

Quadro de Execução Temporal do Plano

CONFLITO 1: Preservação do ecossistema costeiro X Uso inadequado da zona de praia	
MEDIDAS	INÍCIO
1. Remoção das edificações das dunas e substituição das edificações na praia	Tempo a definir- Processo em andamento no ministério Público
2. Recuperação e manutenção das dunas frontais com colocação de esteiras e cercas	Imediatamente à aprovação do Pla
3. Implantação de sinalização	Imediatamente à aprovação do Pla
4. Monitoramento e fiscalização das dunas	Imediatamente à aprovação do Pla
5. Adequação e regulamentação do uso da faixa de praia	Está em andamento através do Te de Ajustamento de Conduta
6. Remoção da vegetação exótica	Imediatamente à aprovação do Pla
7. Recuperação da vegetação da área	Imediatamente à aprovação do Pla
CONFLITO 2: Manutenção do nível de balneabilidade X Despejo de esgotos “in natura”	
MEDIDAS	INÍCIO
1. Elaboração de projeto alternativo de esgotamento sanitário com intervenções pontuais	Imediatamente à aprovação do Pla
2. Levantamento e apoio nas ações de fiscalização das residências	Ação contínua
CONFLITO 3: Conforto ambiental X Poluição sonora	
MEDIDAS	INÍCIO
1. Adequação construtiva dos ambientes	Dezembro de 2003
2. Ações de fiscalização das normas de posturas	Durante o período de veraneio
CONFLITO 4: Segurança dos banhistas X Trânsito de veículos na faixa de praia	
MEDIDAS	INÍCIO
1. Limitação do acesso de veículos à faixa de praia	Imediato
2. Planejamento viário, com sistema de tráfego e sinalização	Imediato
CONFLITO 5: Ocupação da faixa de praia por distintos usos X Incompatibilidade com as a	
MEDIDAS	INÍCIO
1. Aplicação e a apoio na fiscalização da Lei de Zoneamento e do Código de Posturas	Ação contínua
2. Colocação de placas indicativas	Imediato
CONFLITO 6: Produção de resíduos sólidos X Preservação da qualidade de	
MEDIDAS	INÍCIO

1. Implantação de coleta seletiva, com distribuição de coletores	Imediato
2. Educação e conscientização da população	Imediato
CONFLITO 7: Pesca profissional predatória X Manutenção do equilíbrio da fauna	
MEDIDAS	INÍCIO
1. Apoio ao patrulhamento através da Guarda Costeira	Imediato
2. Conscientização através de educação ambiental	Imediato

